A stylized blue graphic of a person with arms raised, set against a red background. The figure is composed of a circle for the head and a shape with two arms raised, forming a 'Y' or 'A' shape.

**XIV CONVENÇÃO
NACIONAL
DO BLOCO
DE ESQUERDA**

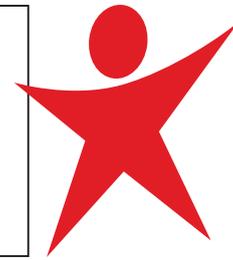
deBatEs#1

Lisboa, 31 de maio e 01 de junho de 2025

Índice

| | |
|---|----|
| Introdução | 3 |
| Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda | 4 |
| Relatório da Mesa Nacional 2023—2025..... | 9 |
| Relatório da atividade da Comissão de Direitos eleita na XIII Convenção..... | 38 |
| Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda..... | 39 |
| Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda..... | 42 |
| Moção A: Um Bloco para virar o jogo | 54 |
| Moção S: Novo Rumo | 78 |
| Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda | 91 |

XIV CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA



A XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, cujo lema é "Orgulho na Liberdade". Foi convocada pela Mesa Nacional, no dia 08 de dezembro de 2024, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC).

A sessão final da Convenção irá realizar-se nos dias 31 de maio e 01 de junho, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, e reunirá mais de 600 delegadas/os em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração.

Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções. Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as duas Moções de Orientação validadas para debate no processo convencional promovam sessões de apresentação e de debate por todo o país, que decorrerão entre 07 e 16 de março. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção, que terminarão a 18 de maio.

Os dias seguintes após a eleição de delegadas/os constituirão a reta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa. Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver as/os aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação.

Até 14 de fevereiro, qualquer aderente pode propor adendas e alterações às Moções de Orientação, bem como propostas de alteração aos Estatutos. O prazo para envio de textos de debate/contributos à COC termina, por sua vez, a 17 de fevereiro.

O próximo boletim deBatEs sairá no dia 27 de fevereiro será enviado por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os com endereço eletrónico disponível, sendo apenas entregue em suporte papel às/aos aderentes que o solicitarem à Sede Nacional. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de quem queira apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos. Neste boletim serão igualmente publicados os textos das Plataformas Políticas Locais.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação. Será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no site do bloco.org.

Resta informar que a COC é composta pelas/os camaradas Dina Nunes, Filipa Gonçalves, Francisco Alves, Helena Figueiredo, Hugo Evangelista, Isabel Pires, Nuno Pinheiro, Paulo Jorge Vieira e Rodrigo Machado. A comunicação com a COC deverá ser feita através do email coc.2025@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351213510510).

Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção



Regulamento do processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional (MN), a 8 de dezembro de 2024.

2. A XIV Convenção Nacional é convocada para os dias 31 de maio e 01 de junho de 2025, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Instalação da Convenção: I) votação do relatório da COC; II) votação do Regimento da Convenção; III) eleição da Mesa da Convenção;

P.2 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;

P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;

P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco e enviados via e-mail a todas/os as/os aderentes com correio eletrónico disponível no dia útil seguinte ao da sua aprovação. Os documentos seguirão por CTT às/aos restantes aderentes no prazo de duas semanas.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição:

Dina Nunes, Francisco Alves, Helena Figueiredo, Hugo Evangelista, Isabel Pires, Paulo Jorge Vieira e Rodrigo Machado. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um/a representante para integrar a COC. O endereço eletrónico da COC é coc.2025@bloco.org

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente Regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição das/os delegados.

6. Os boletins deBatEs #1 e #2 serão publicados no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviados de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritas/os e com endereço eletrónico disponível. Os mesmos apenas são entregues em suporte papel às/aos aderentes que o solicitem à Sede Nacional. O deBatEs #3 será distribuído na Convenção.

7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. As Moções de Orientação apresentadas à Convenção Nacional deverão ser entregues à COC no dia **03 de fevereiro de 2025**, até às **17 horas**, subscritas por um mínimo de 60 aderentes



- no pleno uso dos seus direitos à data da entrega das Moções à XIV Convenção, sendo publicadas no deBatEs #1 a **07 de fevereiro**. As Moções são entregues em **suporte informático** através do e-mail da COC e não podem ultrapassar os **30 mil caracteres (incluindo espaços)**, devem incluir a lista de subscritores, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, e adquirem a designação de uma letra à escolha dos seus promotores.
9. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários às/aos aderentes, compete em exclusivo aos/às promotores/ras das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respetivas propostas, no período compreendido entre os dias 07 a 16 de março de 2025. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação das/os representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.
 10. Até **14 de fevereiro**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Essas adendas e alterações devem ser enviadas para o endereço eletrónico da COC em formato editável.
 11. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia **24 de fevereiro** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e enviarem à COC o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites, bem como a indicação das alterações que foram rejeitadas.
 12. Os redatores podem decidir, até **24 de fevereiro**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.
 13. Três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral podem apresentar uma plataforma política local através de texto entre 3 mil e 15 mil caracteres (incluindo espaços) que terá de ser enviado à COC até **25 de fevereiro**, sendo publicado no boletim deBatEs #2.
 14. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 deverão ser enviados para o e-mail da COC **até 17 de fevereiro** em suporte informático editável e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).
 15. Cada moção poderá publicar no boletim deBatEs #2 um texto de debate/contributo que deverá ser enviado para o mail da COC **até dia 17 de fevereiro** em suporte informático editável e não ultrapassar os 15 mil caracteres (incluindo espaços).
 16. No boletim deBatEs #2, a publicar a **27 de fevereiro**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores pontos 11 e 12.
 17. As propostas não incluídas pelas Moções, que serão publicadas nos boletins deBatEs #2 e #3, poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as.
 18. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.
 19. **Só serão admitidas a votação as Moções publicadas no deBatEs #3 subscritas por 15 delegados/as.** O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.
- #### IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS
20. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, até **23 de janeiro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos, através do e-mail da COC.
 21. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos atuais Estatutos, discutirá e



aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 01 de fevereiro.

22. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia **07 de fevereiro**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.
23. Qualquer grupo de 15 aderentes poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **14 de fevereiro**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático, em formato editável, para o e-mail da COC e não deverá exceder os dois mil caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.
24. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos publicados no debates #3 e subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

25. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no **mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.
26. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, tendo de assegurar um resultado final de paridade de género 50/50, nos termos estipulados no artigo 20º dos estatutos.
27. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

28. As/os delegadas/os são eleitas/os pelas/os aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral ativa. Nos termos dos estatutos, têm capacidade eleitoral ativa os aderentes cujas inscrições ou reinscrições constem dos registos centrais até 6 meses antes convocação da Convenção, ou seja, até às 0h de dia **8 de junho de 2024**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2025. A quota pode ser regularizada pela/o aderente na Mesa da Assembleia Eleitoral. Na Ata da Assembleia Eleitoral devem constar os nomes e números de aderentes dos eleitores e das eleitoras que procederam ao pagamento presencial da quota e definido um/a responsável pela entrega do dinheiro ao Tesoureiro Distrital.
29. A eleição dos delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **16, 17 ou 18 de maio**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.
30. As e os delegadas/os são eleitas/os na **proporção de 1 delegada/o para 16 aderentes**, tendo por base o apuramento das/os inscritas/os até às 0h de dia **8 de junho de 2024**.
31. As listas de candidatas/os a delegadas/os podem, em alternativa:
 - Estar associadas a uma Moção de Orientação;
 - Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada no deBatEs #2.
32. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade das/os candidatas/os elegíveis por cada Assembleia Eleitoral, devendo se garantir a paridade estatutária.
33. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito



das assembleias para a eleição de delegadas/os é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
- Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;
- Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.
- Na Região Autónoma dos Açores, pela sua especificidade geográfica, poderão formar-se assembleias eleitorais com menos de 100 aderentes (em ilhas com menos de 100 aderentes).

34. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

35. As Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) enviam à COC, até ao dia **18 de fevereiro**, o respetivo Regulamento Eleitoral das/os delegadas/os à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo anexo a este Regulamento. O Regulamento eleitoral é enviado por e-mail (**até 21 de fevereiro**) aos aderentes do respetivo universo eleitoral e publicado no site bloco.org e no site do Bloco Distrital ou Regional correspondente.

36. Às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

- O processo de eleição de delegadas/os à Convenção é autónomo de qualquer outro processo eleitoral para órgãos do Bloco e não coincide com outros atos eleitorais, designadamente para estruturas concelhias, distritais ou regionais.

- As listas de candidatas/os deverão ser entregues às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais (CCD/R), com conhecimento à COC, até dia **18 de março**, validadas no dia seguinte pelas CCD/R e pela COC e enviadas aos aderentes por correio **até dia 31 de março**. As listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais serão ainda enviadas pela COC às/aos aderentes via e-mail no dia **25 de março**. Para esse efeito, as CCD/R deverão preencher o modelo de minuta anexo a este Regulamento e enviá-lo para a COC logo após a validação das listas de candidatas/os.

- O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver dobrado, colocado num envelope fechado sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, na qual consta o nome completo, o código de validação e assinatura do/a aderente conforme o BI/CC. O código de validação é enviado aos/às aderentes pelos serviços centrais da Base de Dados.

- Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até às 20h da véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral, registados nesse mesmo dia pela Mesa da Assembleia Eleitoral (MAE) e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.

- As MAE são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um/a representante para cada mesa eleitoral constituída.

- Compete à COC organizar a/s MAE das/os aderentes emigrantes.

37. A eleição dos delegados/as respeitará a proporção direta dos votos obtidos por cada lista.



38.A MAE deve, terminada a votação, elaborar a ata com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las à respetiva CCD/R, com conhecimento à COC, imediatamente após o escrutínio, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.



Relatório da Mesa Nacional 2023—2025

1. Direção política

A Mesa Nacional, na sua primeira reunião (18 de junho de 2023), elegeu uma Comissão Política de vinte e um elementos que contaria com dezassete membros da lista A e quatro pela lista E. A Comissão Política elegeu um Secretariado Nacional de dez elementos para tarefas de coordenação executiva. Ao longo deste período, a Comissão Política reuniu catorze vezes.

O mandato correspondeu a eventos políticos significativos, nomeadamente com um ciclo eleitoral muito intenso (legislativas antecipadas, Madeira, Europeias), o que exigiu um esforço de mobilização muito grande do partido e da sua estrutura. De igual modo, um novo ciclo político com um governo de direita começou, sendo papel do Bloco afirmar-se como oposição clara à esquerda. Sem esquecer a guerra e os conflitos que continuam a marcar a atualidade: Palestina e Ucrânia.

A Mesa Nacional do Bloco de Esquerda refletiu, nas suas resoluções políticas, a análise e o balanço destes eventos e iniciativas.

2. Reuniões e deliberações da Mesa Nacional

No presente mandato, a Mesa Nacional reuniu nove vezes.

A 18 de junho de 2023 discutiu e aprovou o regulamento da Mesa Nacional, aprovou o relatório de contas de 2022, elegeu o secretariado nacional e aprovou três iniciativas nacionais (Fórum Socialismo 2023, Conferência Nacional de Jovens e Acampamento de Jovens). Foram votados pedidos de readesão e a resolução política foi aprovada por unanimidade, documento que teve como primeiro ponto: “Campanha eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira”

A 1 de outubro de 2023 discutiu e aprovou a criação de grupos de trabalho (grupo organizador do Socialismo 2024, grupo de trabalho LGBTQI+, grupo de trabalho +60, grupo de apoio autárquico do Bloco de Esquerda, Departamento Internacional, Coordenadora Nacional de Trabalho) e a criação de uma comissão de inquérito. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: “A catástrofe da habitação e a luta por soluções”

A 19 de novembro de 2023 discutiu e aprovou o Orçamento do Bloco para 2024 e os primeiros nomes das listas para as eleições regionais dos Açores e de alguns círculos para as eleições legislativas de 10 de março de 2024. Discutiu a situação política e aprovou um relatório de uma comissão de inquérito, bem como respetiva sanção proposta.

A 20 de janeiro de 2024 discutiu e aprovou as listas de candidatos/as às eleições legislativas de março de 2024 e o programa eleitoral do Bloco de Esquerda.



A 16 de março de 2024 analisou os resultados das eleições legislativas de 10 de março e aprovou o primeiro nome para a candidatura às eleições europeias. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: "Sobre o quadro político pós-eleitoral".

A 13 de abril de 2024 discutiu e aprovou o manifesto e as listas às eleições europeias e às legislativas regionais da Madeira. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: "Oposição total ao governo regressivo da direita".

A 22 de junho de 2024 discutiu e aprovou as contas anuais de 2023. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: "Balanço das eleições europeias e caminhos para uma esquerda forte".

A 15 de setembro de 2024 aprovou a criação de grupos de trabalho (formação, programa e ecosocialista), aprovou o regulamento da V Conferência Nacional e o regulamento das eleições para Coordenadoras distritais/concelhias/regionais. Foi debatida a situação política e informação sobre o novo Partido Europeu.

A 8 de dezembro de 2024 ratificou o documento aprovado na V Conferência Nacional, convocou a XIV Convenção para 31 de maio e 1 de junho e discutiu e aprovou o documento sobre formação interna. A resolução política aprovada teve como primeiro ponto: "Balanço das eleições norte-americanas".

3. Comunicação e propaganda

Desde a XIII Convenção foram produzidas 2 edições do jornal Bloco, relativos à campanha das eleições legislativas e europeias de 2024. Também para as eleições legislativas de 2024, somam-se 18 edições distritais e 2 regionais.

Nesse mesmo período, foram produzidos 7 mupis fora de contexto eleitoral e 15 mupis locais, com tiragem média de 2174. Para as eleições regionais da Madeira de 2023, foram produzidos 2 mupis, somando-se mais 2 para as eleições regionais de 2024. Para as eleições regionais dos Açores de 2024, foram produzidos 7 mupis. Para as eleições legislativas, foram produzidos 1 mupi nacional, 18 distritais e 2 regionais. Para as eleições europeias de 2024 foi feito 1 mupi nacional e outros 2 regionais.

Fora de contexto eleitoral, foram produzidos 5 outdoors. Para as eleições regionais dos Açores de 2024, foi produzido 1 outdoor e outros 5 com medidas diversas. Para as eleições legislativas, foram produzidos 2 outdoors e mais 1 para as eleições europeias de 2024.

No quadro das eleições regionais da Madeira de 2023, foi produzido um folheto regional - o mesmo se sucedeu com as eleições regionais da Madeira de 2024. Foram ainda produzidos 7 edições de folhetos A3 para as eleições regionais dos Açores de 2024. Para as eleições legislativas de 2024 e europeias de 2024 foram impressos ainda 2 folhetos para os Jovens do Bloco, de suporte à campanha. Para as várias campanhas foram ainda produzidos autocolantes, panfletos, entre outros materiais.



Entre outros materiais pontuais contam-se telas, autocolantes, faixas, copos reutilizáveis, sacos de pano para angariação de fundos, cartazes, panfletos e boletins setoriais.

REDES SOCIAIS

No decorrer do mandato da Mesa Nacional, aprofundou-se a intervenção do Bloco de Esquerda nas principais plataformas de rede sociais, a saber: Facebook, X (antigo Twitter), BlueSky, Instagram, TikTok, LinkedIn, Youtube, Whatsapp, Telegram. A intervenção bloquista faz-se a vários níveis e com diferentes propósitos. As contas do esquerda.net visam ampliar o alcance e o impacto dos conteúdos do portal, as do Grupo Parlamentar incrementar a visibilidade do trabalho desenvolvido pelas eleitas e eleitos à Assembleia da República e as contas institucionais partidárias nacionais - apenas criadas em 2021 - têm como finalidade a divulgação das propostas, posições e iniciativas centrais do Bloco de Esquerda. Acrescenta-se ainda a conta dos Jovens do Bloco, com conteúdos alternativos, mais focados para a faixa etária e com produção maioritariamente independente. O número de seguidores tem crescido de forma sustentada, o mesmo se pode afirmar em relação ao impacto das publicações, que chegaram a milhões de utilizadores das redes sociais: somos no Tiktok, o partido com mais seguidores a seguir ao Chega. As redes sociais da coordenadora são, a seguir ao André Ventura, as redes de um/uma coordenador/coordenadora de partido com mais seguidores

Às contas centrais soma-se uma extensa rede de contas concelhias, distritais, regionais e setoriais e de dirigentes, eleitas e eleitos nacionais e europeus. A gestão de cerca de três centenas de contas bloquistas nas demais plataformas digitais implica um considerável esforço militante, por um lado, e um cuidadoso trabalho de articulação, por outro. Para a melhoria deste trabalho em muito contribuíram as ações de formação sobre gestão de redes sociais, segurança em meio digital e produção de conteúdos, organizadas junto das organizações distritais e regionais, bem como o estabelecimento de eficazes canais de comunicação e de partilha de conteúdos.

| | <u>Bloco de Esquerda</u> | <u>Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda</u> | <u>Esquerda.net</u> | <u>Jovens do Bloco</u> |
|--|---------------------------|---|---------------------|------------------------|
| | 15.608 (+4.104) | 11.841 (+744) | 110.000 (-1.397) | 5.500 |
| | 11.961 (+6.314) | 5.127 (+655) | 44.200 (-969) | 3.015 |
| | 68.700 (+19.710) | 9.694 (+3.650) | 3.403 | 8.088 |
| | 54.853 (+37.472) | — | -2.459 | 1.121 |
| | 1.413 (criado em 11.2024) | | | |
| | 18.900 (+5.190) | | | |
| | 2.357 (+1.090) | — | — | — |
| | 1.614 (+311) | — | — | — |
| | 2.342 (+468) | — | — | — |



ESQUERDA.NET

Desde a última Convenção, em maio de 2023, até meados de janeiro de 2025, as páginas do Esquerda.net somaram 3,36 milhões de visualizações (5.601/dia) e 1,68 milhões de visitantes (3.849/dia), com o período de maior tráfego a corresponder às eleições legislativas, embora com menor diferença para a média do que em eleições no passado. A newsletter é enviada de segunda a sexta ao fim da tarde com os destaques do dia a 8.400 pessoas, com uma taxa de abertura que varia de 18% a 20%. Entre os artigos mais lidos estão perfis de figuras envolvidas em escândalos políticos e económicos, como o oligarca angolano Álvaro Sobrinho ou o líder da Ordem dos Médicos do Norte, Eurico Castro Alves. Tal como no biénio anterior, as lutas laborais nas empresas, a extrema-direita e a história do colonialismo português continuam a figurar entre os temas mais lidos.

Com a atual equipa de redação composta por três camaradas, o Esquerda procurou no último ano dar prioridade a conteúdos exclusivos como investigações, entrevistas e reportagens, sem descurar o acompanhamento da atualidade noticiosa diária. Em 2024 o site teve uma remodelação gráfica substancial pela primeira vez em muitos anos e foram lançados dois novos podcasts - a série "Na Corda Bamba" com entrevistas a trabalhadores da cultura e o "Fora de Órbita" com análise da política internacional.

No mesmo período - entre maio de 2023 e janeiro de 2025 - o site bloco.org contou com 302 mil visualizações (504/dia) e 139 mil visitantes (231/dia).

4. Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

XV LEGISLATURA

A XIII Convenção do Bloco de Esquerda, 27 e 28 de maio de 2023, ocorreu no final da 1.ª sessão legislativa da XV Legislatura. Esta Legislatura foi marcada pela confrontação crescente com as políticas do Governo PS e com a sua maioria absoluta no Parlamento.

Nesta legislatura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 156 projetos de lei e 87 projetos de resolução, 1 projeto de regimento, 1 projeto de revisão constitucional e 1 inquérito parlamentar. Além destas iniciativas legislativas, são de destacar as audições parlamentares sobre Teletrabalho, Direitos dos Trabalhadores das Plataformas, Género e Igualdade Salarial, Audição com Amas da Segurança Social, esta última já no período posterior à XIII Convenção Nacional. Estas iniciativas do Grupo Parlamentar visaram, principalmente, dar resposta à crise sócio-económica e ao desgaste dos serviços públicos.

A falta de resposta da maioria absoluta do PS a problemas como a falta de professores na Escola Pública, a situação de ruptura vivida nos hospitais, a crise da habitação e a crise do custo de vida levaram o Bloco de Esquerda a votar contra a proposta do Orçamento do Estado para 2024, que passou apenas com os votos do PS. A convocatória de eleições legislativas antecipadas, na sequência do pedido de demissão do primeiro-ministro por causa de um caso que envolve buscas ao seu Chefe de Gabinete, abreviou a 2.ª sessão legislativa.



XVI LEGISLATURA

Com as eleições legislativas de 2024 o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda elegeu, como na legislatura anterior, 5 deputados e deputadas, num quadro de vitória da direita e de crescimento da extrema-direita. Neste período, o Grupo Parlamentar tem enfrentado o Governo PSD-CDS, o qual dá mostras de uma crescente influência do discurso do CH na política nacional.

Na presente legislatura, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 102 projetos de lei, 86 projetos de resolução, 2 propostas de inquérito parlamentar e 1 apreciação parlamentar. Além destas iniciativas, realizámos Jornadas Parlamentares conjuntas com a representação parlamentar regional na Madeira (6 e 7 de maio de 2024) e com o grupo parlamentar europeu The Left em Coimbra (27 e 28 de janeiro de 2025), bem como as seguintes audições públicas: Audição Parlamentar “‘Libertar Portugal do colonialismo’: reparação e políticas públicas” (20 de setembro de 2024), Audição Parlamentar “Menopausa: derrubar tabus, construir políticas públicas” (27 de setembro de 2024), Audição Parlamentar “Direitos para o trabalho doméstico remunerado” (16 de dezembro de 2024), Audição Parlamentar “Mais vida e saúde para quem trabalha por turnos” (27 de janeiro de 2025, no quadro das Jornadas no distrito de Coimbra).

A nossa iniciativa parlamentar tem-se focado no reforço dos direitos dos trabalhadores, com destaque para os trabalhadores por turnos, no avanço dos direitos das mulheres, no que se refere à correção das desigualdades remuneratórias e aos direitos sexuais e reprodutivos, na resposta à crise da habitação e na defesa dos serviços públicos e dos bens comuns contra um Governo de direita alinhado com os interesses dos rentistas e dos especuladores. Outros elementos marcantes da nossa intervenção parlamentar têm sido a defesa do Povo da Palestina contra a agressão e o genocídio, bem como a defesa dos trabalhadores imigrantes, das pessoas racializadas e das pessoas LGBTI+ dos múltiplos ataques promovidos pela extrema-direita.

5. Departamento internacional

Relatório do Departamento internacional desde a XIII Convenção Nacional

- A) Partido europeu
- B) Participação em reuniões e congressos
- C) Envio de saudações
- D) Atividades de política internacional de Anabela Rodrigues, Catarina Martins, Marisa Matias, José Gusmão

A) PARTIDO EUROPEU

- Acompanhamento da intervenção no Partido da Esquerda Europeia e do processo de saída deste partido europeu.
- Acompanhamento do processo da plataforma eleitoral Agora, O Povo.
- Participação do processo de constituição da Aliança de Esquerda pelo Povo e pelo Planeta como partido político.



B) PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E CONGRESSOS

- Dia da Pátria Galega, 25 de julho de 2023, Santiago de Compostela, Isabel Pires;
- Dia Nacional da Catalunha a convite da Esquerda Republicana Catalã, 11 de setembro de 2023, Barcelona, Catalunha, Isabel Pires;
- Congresso da Esquerda Junta (Razem), da Polónia, Varsóvia, 12 e 13 de Janeiro de 2024, Sandra Cunha;
- Congresso de lançamento das candidaturas da Esquerda (Die Linke), da Alemanha, Berlim, 26 de abril de 2024, Joana Mortágua;
- Assembleia Federal da Esquerda Unida, do Estado Espanhol, Madrid, 18 e 19 de maio e 2024, Bruno Góis;
- Dia da Pátria Galega, 25 de julho de 2024, Santiago de Compostela, Isabel Pires;
- Dia Nacional da Catalunha a convite da Assembleia Nacional Catalana, das candidaturas de Unidade Popular e da Esquerda Republicana Catalã, 11 de setembro de 2024, Barcelona, Catalunha, Isabel Pires;
- Reuniões a pedido da Embaixada de Cuba em Portugal, 27 de junho e 9 de setembro de 2024, Luís Fazenda e Bruno Góis;
- Encontro Frente Ampla no âmbito da segunda volta das presidenciais do Uruguai, 23 e 24 de novembro de 2024, Uruguai, Maria Manuel Rola;
- XVIII Assembleia Nacional do Bloco Nacionalista Galego, 1 de dezembro de 2024, Santiago de Compostela, Galiza, Luís Fazenda e Luís Monteiro.

C) ENVIO DE SAUDAÇÕES

- Saudação ao Bloco Nacionalista Galego, por ocasião das eleições municipais, maio de 2023;
- Saudação ao Euskal Herria Bildu, por ocasião das eleições municipais, maio de 2023;
- Saudação ao IV Congresso Ordinário do Partido da Esquerda Verde, Turquia, outubro de 2023;
- Saudação à VI Conferência do Partido Socialista dos Trabalhadores - Frente Ampla, novembro de 2023;
- Saudação ao Congresso (Ard Fheis 2023) do Sinn Féin, novembro de 2023;
- Saudação ao 8º Congresso partidário da Esquerda (Die Linke), da Alemanha, novembro de 2023;
- Saudação ao VIII Congresso - Tabaré Vázquez da Frente Ampla, do Uruguai, dezembro 2023;
- Saudação ao Congresso do Partido da Esquerda, da Suécia, maio de 2024;
- Saudação à Universidade Outono do Podemos, do Estado Espanhol, maio de 2024;
- Saudação ao XVI Congresso da União do Povo Galego, da Galiza, novembro de 2024.



D) ATIVIDADES DE POLÍTICA INTERNACIONAL DE:

ANABELA RODRIGUES

- Participou na manifestação “No Border, No Nation, Stop Deportation”, Bruxelas, 10 de abril de 2024;
- Oradora na conferência internacional “No Pasaran”, Lisboa, 19-21 de abril de 2024;
- Promoveu manifesto sobre trabalho doméstico: domesticworkersbetterlife.com;
- Intervenção em comício eleitoral da França Insubmissa, Estrasburgo 23 de abril de 2024;
- Participou na greve das trabalhadoras domésticas na Bélgica, Bruxelas, 14 de junho de 2024;
- Organizou conferência “Bring Back Campaigns”, Bruxelas, 27 de junho de 2024;
- Seminário Lafede.Cat - organizações para a justiça global em Barcelona sob o tema o Antirracismo - la prática, 14 de Novembro de 2024 (Can Batlló em Barcelona).

CATARINA MARTINS

- Participou na reunião do Agora o Povo, sobre posição conjunta em defesa da solidariedade, do clima, da justiça e da paz, Paris, 17 de novembro de 2023, e na reunião onde assinou declaração conjunta para uma Europa Verde, Copenhaga, 16 de fevereiro de 2024;
- Fundou e foi nomeada co-presidente da associação para a “Aliança de Esquerda Europeia para o Povo e o Planeta”;
- Visitou a Ucrânia a convite da Fundação Rosa Luxemburgo, com eurodeputados da esquerda nórdica e com líder do Die Linke, 31 de outubro a 3 de novembro de 2024;
- Participou na manifestação dos sindicatos europeus para acabar com a exploração da subcontratação de trabalhadores, Estrasburgo, 17 de setembro de 2024;
- Participou e entrevistou na marcha europeia pela Vida Independente “Freedom Drive”, Bruxelas, 24 de setembro de 2024;
- Participou no lançamento do colectivo “Palestinian Jews for Palestine”, Bruxelas, 3 de outubro de 2024;
- Foi oradora na abertura da Universidade de Outono do Podemos, Madrid, 19 de outubro de 2024;
- Participou em diversas manifestações pela Palestina e pelo fim do genocídio, 8 de outubro, 14 e 27 de novembro de 2024;
- Participou em manifestação pelo povo curdo, Estrasburgo, 11 de Dezembro de 2024.



MARISA MATIAS

- Visitou o Líbano entre 20-23 de junho de 2023 e a Jordânia entre 19-22 de dezembro de 2023, em missões oficiais do Parlamento Europeu;
- Participou na reunião do Agora o Povo, sobre posição conjunta em defesa da solidariedade, do clima, da justiça e da paz, Paris, 17 de novembro de 2023;
- Foi oradora na sessão internacional “Combater o Neofascismo”, ao lado de Ana Miranda e Manon Aubry, Viseu, 8 de setembro de 2023;
- Reuniu com representante dos povos indígenas do Brasil, 21 de setembro de 2023;
- Foi anfitriã de grupo de teatro vindo da Palestina e Ucrânia, para sensibilização sobre vida em zonas em conflito, Bruxelas, 23-25 de janeiro de 2024;
- Participou em várias manifestações de solidariedade com o povo da Palestina e pelo cessar-fogo imediato, 8, 9 e 29 de novembro, 13 de dezembro de 2023 e 13 de março de 2024;
- Participou na manifestação Alarm Phone, em solidariedade com os migrantes no mar, 28 de junho de 2023;
- Participou na manifestação com Greta Thunberg e ONGs para a ação climática a favor da Lei do Restauro da Natureza, Estrasburgo, 11 de julho de 2023;
- Participou na manifestação pela Sahara Ocidental, Estrasburgo, 11 de julho de 2023.

JOSÉ GUSMÃO

- Participou em várias manifestações de solidariedade com o povo da Palestina e pelo cessar-fogo imediato, 8, 9 e 29 de novembro, 13 de dezembro de 2023 e 13 de março de 2024;
- Participou na manifestação Alarm Phone, em solidariedade com os migrantes no mar, 8 de junho de 2023;
- Participou na manifestação com Greta Thunberg e ONGs para a ação climática a favor da Lei do Restauro da Natureza, Estrasburgo, 11 de julho de 2023;
- Participou na manifestação pela Sahara Ocidental, Estrasburgo, 11 de julho de 2023;
- Participou na manifestação “No Border, No Nation, Stop Deportation”, Bruxelas, 10 de abril de 2024.

6. Região Autónoma da Madeira

O ano 2023 ficou marcado pelas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e pelo regresso do Bloco de Esquerda ao Parlamento, com a eleição do deputado Roberto Almada.



O processo de preparação para estas eleições legislativas, que se revelavam muito importantes para o Bloco de Esquerda Madeira, e a campanha marcaram grande parte da atividade do partido até à realização do acto eleitoral, que aconteceu a 24 de Setembro.

Durante este percurso reforçámos a nossa presença nas redes sociais; foram desenvolvidas diversas iniciativas políticas e visitas a instituições, nomeadamente à Universidade de Madeira, onde fomos recebidos pelo reitor; à Presença Feminina; à OpusGay Madeira, ao Sindicato dos Enfermeiros, ao Sindicato dos Professores, entre outras, que contaram com a presença de deputados nacionais.

Durante a pré-campanha e a campanha marcámos presença diária na rua, em contacto directo com a população de todos os concelhos do arquipélago.

O núcleo de jovens lançou um podcast – “Outcast - Esquerda à conversa” e desenvolveu uma intensa atividade nas redes sociais entretanto criadas pelo núcleo. Promoveram também algumas iniciativas ligadas à causa ambiental e à causa animal.

Os últimos meses do ano foram de intensa atividade parlamentar por parte do deputado Roberto Almada, com a apresentação de diversas propostas e deu-se início ao processo preparatório da X Convenção Regional da Madeira. A par disto aconteceu a demissão de António Costa, a dissolução da A.R. e o conseqüente processo de preparação das eleições legislativas antecipadas, marcadas para 10 de Março de 2024.

Outras iniciativas: Manifestação “Casas para Viver”, associando-se e em consonância com as duas iniciativas nacionais em defesa do direito à habitação; Debate “Política no Feminino”, para assinalar o Dia da Mulher, que contou com a presença de três mulheres de esquerda que, desde sempre, tiveram um percurso político associado à luta feminista pela igualdade; Tertúlia “25 de Abril em Debate” com testemunhos sobre o 25 de Abril na Madeira e com um olhar sobre a Autonomia; celebração do 1º de Maio e participação em diversas manifestações sindicais; concentração “A praia Formosa é minha, é tua, é nossa” em defesa do acesso à última praia gratuita do litoral do Funchal; instalação artística de rua para assinalar o Dia internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres que procurou alertar de forma muito visual para o flagelo da violência doméstica que rouba vidas, não só daquelas que morrem; participação na marcha “Madeira Pride”, bem como o apoio a algumas organizações ligadas à causa ambiental.

Em 2024, o Bloco de Esquerda teve a sua X Convenção Regional e marcou presença em três actos eleitorais, a saber: eleições legislativas nacionais antecipadas; eleições legislativas regionais antecipadas e eleições europeias.

A X Convenção Regional da Madeira realizou-se a 21 de Janeiro de 2024 e elegeu uma Comissão Coordenadora Regional composta por 11 elementos.

Imediatamente após a Convenção, deu-se início ao processo de preparação para as eleições legislativas nacionais antecipadas, que aconteceram a 10 de Março.

A lista dos 6 candidatos e candidatas da Madeira foi encabeçada por Dina Letra.

Foram desenvolvidas diversas iniciativas políticas e reuniões com a União dos Sindicatos da Madeira; o Sindicato dos Professores, entre outras, mas a pré-campanha e a campanha foram marcadas preferencialmente com a presença diária na rua, em contacto directo com os madeirenses.



A 27 de Março de 2024, o Presidente da República dissolve a Assembleia Legislativa Regional em virtude do pedido de demissão de Miguel Albuquerque, Presidente do Governo Regional, após uma investigação levada a cabo pelo Ministério Público o ter constituído arguido.

As eleições legislativas regionais antecipadas são agendadas para 26 de Maio de 2024.

Este novo acto eleitoral teve um período de preparação muito curto, e também por isso, foi muito exigente para a estrutura regional. Mais uma vez, estas eleições regionais revelavam-se muito importantes para o Bloco de Esquerda Madeira, que tinha um deputado eleito e que não conseguiu reeleger.

As Jornadas Parlamentares do Bloco de Esquerda realizaram-se na Madeira, nos primeiros dias de Maio, com foco na habitação, na transição climática e no combate à corrupção.

A partir daqui, a pré campanha e a campanha são o foco de toda a actividade do partido, com a presença diária na rua, em contacto directo com a população de todos os concelhos do arquipélago.

As eleições europeias realizaram-se a 9 de Junho de 2024, tendo a Madeira representação na lista do Bloco de Esquerda através da camarada Mónica Pestana.

A pré campanha e a campanha para mais este acto eleitoral são o foco de toda a actividade do partido, com a presença diária na rua, em contacto directo com a população dos vários concelhos.

Criação de um programa semanal de comentário político regional, denominado Bloco de Notícias, com divulgação no canal de Youtube e nas redes sociais do Bloco de Esquerda Madeira. A partir desta ferramenta foi também criado um boletim, com o mesmo nome, e que é utilizado nas iniciativas de contacto directo com a população.

Outras iniciativas: Manifestação “Casas para Viver”, em consonância com as iniciativas nacionais em defesa do direito à habitação; participação nos preparativos e na Manifestação de celebração dos 50 Anos do 25 de Abril, que, sob a égide de uma Comissão independente, juntou vários partidos, sindicatos, associações, populares, etc; celebração do 1º de Maio e participação em diversas manifestações sindicais; iniciativa para assinalar o Dia internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres; participação na marcha “Madeira Pride”.

A 17 de Dezembro de 2024 é aprovada na Assembleia Legislativa da região Autónoma da Madeira a moção de censura apresentada pelo CH, e o Governo cai.

7. Região Autónoma dos Açores

Atividade - BE/Açores - Maio 2023 - dezembro 2024

Ao longo do mandato da Mesa Nacional eleita na XIII Convenção do Bloco de Esquerda, o Bloco de Esquerda/Açores elegeu nova Comissão Coordenadora na VIII Convenção Regional que se realizou a 12 de novembro de 2023.



O final do ano de 2023 ficou marcado pelo chumbo do orçamento regional para 2024, provocado pela direita, que criou uma crise política artificial para provocar eleições antecipadas com o objetivo de se reforçar.

As eleições antecipadas ocorreram a 4 de fevereiro de 2024, tendo o Bloco/Açores perdido um mandato.

Contudo o Bloco/Açores manteve-se como quarta força política na região autónoma dos Açores e continua investido em continuar a ser a mais firme oposição.

No mês seguinte, a 10 de março, tiveram lugar as eleições legislativas portuguesas, nas quais se verificou uma redução do número de votos no Bloco, colocando-nos como quinta força política nos Açores.

Em junho de 2024, ocorreram as eleições europeias, mantendo a tendência de diminuição do número de votos tanto nos Açores como a nível nacional.

O Bloco/Açores tem procurado apresentar uma política alternativa à direita e ao PS, que continua preso às suas políticas do passado e sem soluções concretas para resolver os problemas das pessoas.

O Bloco/Açores tem continuado a sua atuação na defesa da escola pública, sendo exemplo a apresentação de soluções para reforço de pessoal não docente nas escolas, reduzida de forma drástica pelo governo regional, com impactos na comunidade escolar quer pela insegurança gerada, quer pela falta de condições básicas para o funcionamento das escolas.

Para além disso, e perante a injustiça de se criar prioridades no acesso às creches para os pais que trabalham em vez de promover creches para todos, o Bloco continua a lutar pelo acesso universal às creches e não aceita o processo discriminatório introduzido pela extrema-direita, que conta com o apoio do governo regional de direita.

O Bloco/Açores continua a ser o único partido com representação parlamentar a opor-se à privatização da maioria do capital da SATA Internacional.

Continuamos a denunciar situações de conflito de interesses, como foi o caso do negócio milionário entre a EDA e BENCOM para a compra de combustível para a produção de energia, através de um ajuste direto de 50 milhões de euros, com a duração de nove meses, que foi assinado num sábado.

E porque há vida para além do trabalho, o Bloco entregou no parlamento uma proposta para implementação de um projeto-piloto para testar a semana de trabalho de quatro dias no setor privado e na administração pública, com a correspondente redução do número de horas de trabalho e sem diminuição do salário.

Promovemos debates públicos sobre a importância do ensino superior e das qualificações para o futuro dos Açores e sobre o feminismo no combate à pobreza e exclusão social.

Destaca-se ainda a realização das Conferências Zuraida Soares, que decorreram em 2023 na Horta e em 2024 nas ilhas de Santa Maria e São Miguel.

Estas conferências, para além do merecido reconhecimento a Zuraida Soares, são também um espaço de debate e reflexão à esquerda.



Representação Parlamentar do BE/Açores

A Representação Parlamentar do BE/Açores na ALRAA continuou uma intensa atividade, traduzindo no parlamento as prioridades do BE/Açores.

Neste período a Representação Parlamentar do BE/Açores apresentou 20 iniciativas legislativas, das quais 8 Projetos de Decreto Legislativo Regional, 1 anteproposta de lei e 11 projetos de resolução.

Ao nível da fiscalização política, foram promovidos 2 debates de urgência, sobre investimento público e transportes, e 93 perguntas escritas ao governo.

Durante o presente mandato da MN as propostas e a fiscalização política tiveram um amplo espectro de atuação, com especial foco nos serviços públicos (educação e saúde), transportes, bem-estar animal, combate à violência doméstica e obstétrica, questões laborais, acesso nos Açores à interrupção voluntária da gravidez, entre outros.

A representação parlamentar realizou ainda uma jornada parlamentar a Santa Maria e 3 visitas oficiais, ao Pico, Faial e Terceira.

As iniciativas da RP do BE/Açores no período em referência podem ser consultadas online.

Representação Municipal do BE/Açores na Assembleia Municipal de Ponta Delgada

O Bloco mantém a sua representação na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, onde tem tido um papel fundamental na oposição, sendo o partido da oposição que mais tem apresentado propostas para mudar a realidade do concelho.

Para além disso, considera que os orçamentos de Ponta Delgada apresentados pelo executivo camarário falham, por não dar respostas adequadas ao aumento dos problemas sociais em Ponta Delgada, como a pobreza e o aumento de pessoas sem teto.

O Bloco de Esquerda/Ponta Delgada tem tido também um papel fundamental na defesa dos comerciantes do mercado da Graça, tendo sido o primeiro partido a defender um apoio financeiro como forma de compensar as perdas de rendimento provocadas pelo atraso das obras desta estrutura, por erros e atrasos da responsabilidade camarária.

O ambiente, os direitos LGBTQI+, inclusão, as questões do urbanismo e o bem-estar animal foram também áreas de intervenção da representação do BE na Assembleia Municipal de Ponta Delgada.

Atividade pública do BE/Açores

- 2024:
 - **Outubro**
 - Conferências Zuraida Soares em Santa Maria (12/10/2024)
 - Conferências Zuraida Soares em Ponta Delgada (20/10/2024)



- **Setembro**
 - Presença na manifestação Casas para Viver em Ponta Delgada
 - Distribuição de folhetos e ação de proximidade no Mercado da Graça, em Ponta Delgada
- **Junho**
 - Presença na manifestação organizada por assistentes operacionais em Ponta Delgada para a sua integração nos quadros das escolas
 - Presença na Manifestação por melhores condições de trabalho organizado pelo SITACEHTT e CGTP Açores, em Angra do Heroísmo
 - Presença manifestação Azores pride 2024
- **Maiο**
 - Debate organizado pelo BE/Terceira “As mulheres antes da revolução de abril”
- **Março**
 - Presença na manifestação antirracista na Horta
 - Presença na concentração pelo trabalho digno e por jornalistas livres em defesa da democracia, em Ponta Delgada
- 2023
 - **Dezembro**
 - Participação na caminhada que encerrou os 16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres que se realizou em Angra do Heroísmo
 - **Outubro**
 - Conferências Zuraida Soares na Horta (22/10/2023)
 - **Setembro**
 - Presença na concentração de trabalhadores da Praia Cultural que foram alvo de um processo de despedimento coletivo, na Praia da Vitória
 - Debate público “Feminismo para combater a pobreza e a exclusão social” na ilha Terceira
 - Debate público “Ensino Superior e Qualificações no Futuro dos Açores”, em Ponta Delgada
 - **Julho**
 - Participação na marcha LGBT em Ponta Delgada



- **Maio**

- Participação na vigília em memória das vítimas de SIDA que decorreu nas Portas da Cidade, em Ponta Delgada.

8. O Bloco nas Autarquias e no Trabalho Local

O Grupo de Apoio Autárquico tem como missão apoiar a intervenção das e dos autarcas e ativistas locais do Bloco de Esquerda. Durante o mandato atual da Mesa Nacional, o grupo recebeu dezenas de pedidos de esclarecimento, a que procurou atender no mais curto período de tempo, e de apoio para a elaboração de propostas, requerimentos, exposições, respostas a entidades públicas e privadas.

O grupo prosseguiu com o esforço de organização de ciclos formativos sobre matérias autárquicas relevantes. Nesse contexto, realizou o Encontro Nacional de Autarcas do Bloco, a 6 de outubro de 2024, na cidade de Coimbra, e promoveu uma sessão de formação sobre orçamentos municipais no dia 19 de dezembro. Atualmente, está a preparar reuniões com todas as estruturas distritais e a Conferência Nacional Autárquica, que ocorrerá após a Convenção Nacional de 2025, com o objetivo de preparar as eleições autárquicas previstas para o final do ano.

Regista-se ainda a recolha dos contactos de todas e todos os autarcas do Bloco, facilitando a divulgação de documentos e informações de interesse autárquico. Foi também criado um repositório para partilha de diversas propostas, como recomendações e moções, com especial foco sobre assuntos políticos centrais para a intervenção do Bloco de Esquerda nas assembleias de freguesia, municipal e executivos camarários.

9. Coordenadora Nacional do Trabalho

A atual Coordenadora Nacional do Trabalho (CNT) foi eleita pela Mesa Nacional a 1 de outubro de 2023, sendo composta por 18 camaradas. O Bloco manteve neste mandato, por via da CNT, a sua atividade organizada em várias frentes, com reuniões sectoriais e intervenção regular junto de trabalhadoras e trabalhadores. O Bloco tem grupos específicos nos setores das telecomunicações, da saúde e da educação, da vigilância e da segurança privada. Em todo este período, manteve-se o acompanhamento à participação de bloquistas na direção da CGTP nos moldes definidos no mandato anterior.

A CNT promoveu um debate online sobre as questões da “Transmissão de Estabelecimento” (com a jurista Milena Rouxinol). A CNT organizou uma ronda de reuniões com as coordenadoras distritais do Bloco, em regra abertas aos ativistas laborais dos distritos respetivos. A CNT organizou o XIII Encontro Nacional do Trabalho a 30 de novembro de 2024, em Ovar, juntando várias dezenas de ativistas e contando com a participação de académicos e especialistas, tendo constituído um momento importante para debater a resposta à política do Governo e os desafios no plano da organização de classe. Além de um texto de enquadramento, vários textos contributos



elaborados para o debate do Encontro, tal como as apresentações dos painéis, estão publicados e acessíveis no site do Bloco.

O mandato da CNT em funções tem como orientação fazer o acompanhamento da intervenção social do Bloco no campo laboral, promover a formação dos ativistas sindicais e laborais do partido, apoiar a organização de encontros sectoriais, acompanhar a atuação na CGTP e fazer a articulação com os grupos distritais existentes. A atividade setorial e o acompanhamento da intervenção bloquista no mundo laboral foi assegurada pela CNT, pela direção nacional, pelo grupo parlamentar e por organizações e dirigentes distritais. O reforço desta intervenção tem na CNT um instrumento muito importante, mas convoca o conjunto do partido.

10. Coordenadora Nacional de Jovens

A Coordenadora Nacional de Jovens para o mandato de 2023-25 foi eleita na IX Conferência de Jovens do Bloco de Esquerda, realizada a 3 e 4 de Novembro de 2023. Foi apresentada apenas uma Moção na Conferência - Moção A - Insubmissas, combativas e militantes: a organização de Jovens do Bloco (disponível em Bloco.org) -, que contou com cerca de 50 participantes.

A Coordenadora Nacional de Jovens eleita na IX Conferência de Jovens foi originalmente composta por:

Efetivos:

1. Iara Sobral
2. Duarte Santos
3. Leonor Rosas
4. Sofia Lopes
5. Miguel Martins
6. Beatriz Realinho
7. Aliyah Bhikha
8. Rodrigo Sousa
9. Tomás Marques
10. Íris Marques
11. João Carvalho
12. Teresa Amorim
13. Diogo Teixeira
14. Beatriz Pedroso



Suplentes

15. Frederico Portugal
16. Raquel Vitorino
17. Duarte Graça
18. Diogo Gomes
19. Damas Morais
20. Vasco Ruela
21. Beatriz Cunha
22. Afonso Silva
23. Inês Antunes
24. Carlota Duarte

Desde o início do mandato, procurando potenciar a capacidade de trabalho da CNJ, foi adotado um modelo de funcionamento aberto à participação dos elementos suplentes, incluindo em reuniões, na distribuição de tarefas organizativas e na concretização de iniciativas.

O mandato da Coordenadora de Jovens ficou marcado pela renúncia de vários membros efetivos e suplentes, tendo havido substituição formal de efetivos que renunciaram por suplentes. Este processo foi facilitado pelo facto de se ter optado pela referida dinâmica de participação aberta de suplentes.

ACAMPAMENTO LIBERDADE 2023

Esta edição do Liberdade foi organizada ainda no mandato 2021-2023 da CNJ, não tendo sido incluída no relatório anterior por se ter desenvolvido após a entrega do mesmo.

Com cerca de 100 inscritos, o acampamento realizou-se nos dias 27 a 30 de Julho, no Parque de Campismo de São Gião.

Como habitual, foi constituída uma Comissão de Campo, responsável pela gestão dos vários aspetos organizativos de preparação e concretização da iniciativa, assim como de acompanhamento no decorrer das atividades. Definiu-se as seguintes equipas: alimentação, banca de materiais, bar, credenciação, enfermaria, finanças, fotografias, limpeza, programa e acompanhamento a convidados e convidadas, segurança e transportes.

Para consideração em futuros processos organizativos da iniciativa, foram recolhidas opiniões de participantes, através de um formulário online, distribuído a quem esteve presente. Os resultados da consulta foram discutidos em reunião da Comissão de Campo e em reunião da CNJ.



INCONFORMAÇÃO 2024

A edição do Inconformação de 2024 realizou-se entre 26 e 28 de janeiro, na sede nacional. Tendo em vista as celebrações dos 50 anos do 25 de Abril, o tema deste Inconformação foi a Revolução. No espaço europeu e extra europeu, procuramos pistas para ação e refletimos as várias experiências presentes no programa, da Revolução Francesa à Chinesa.

O Inconformação, como a tendência dos últimos anos indica, é o momento anual da atividade dos Jovens que regista maior adesão. Esta edição não contrariou a tendência e levou-nos a uma reflexão sobre o espaço. A CNJ decidiu não voltar a realizar o próximo Inconformação na sede, devido à limitação de pessoas em cada sessão, que fica aquém dos inscritos. Esta edição do maior momento de formação ideológica contou com 170 inscritos.

ACAMPAMENTO LIBERDADE 2024

Consideramos o Liberdade um importante espaço e momento no ano de militância jovem dos bloquistas. No ano de 2024, o acampamento contou com cerca de 120 inscritos, tendo-se realizado nos dias 25 a 28 de Julho, no Parque de Campismo de São Gião.

Como habitual, foi constituída uma Comissão de Campo, responsável pela gestão dos vários aspetos organizativos de preparação e concretização da iniciativa, assim como de acompanhamento no decorrer das atividades. Definiu-se um conjunto de equipas semelhante ao do Liberdade 2023, dividindo-se a equipa de programa e acompanhamento em duas, para melhor assegurar a concretização do acompanhamento, e a de alimentação em almoço/jantar e pequeno-almoço em duas, pelo facto de a preparação e confeção de refeições ter sido assumida pela própria Comissão de Campo, o que implicou maior exigência organizativa. Também se adicionou equipas de compras e noite, com base na existência de tarefas que já eram necessárias, ainda que não atribuídas previamente.

Para consideração em futuros processos organizativos da iniciativa, foram recolhidas e posteriormente analisadas em reunião opiniões de participantes, tal como referido para o Liberdade 2023.

No decorrer deste momento militante, ocorreram várias adesões ao partido por parte de simpatizantes. A discussão política que teve lugar nesta edição do Liberdade potenciou a criação de dinâmicas que se demonstraram produtivas e positivas para a construção de partido no decorrer dos meses que o sucederam.

BRIGADAS 2024

No âmbito das eleições europeias e do Acampamento Liberdade, a CNJ realizou duas vagas de Brigadas. A primeira, nas últimas semanas de Maio, passou por Coimbra, Faro e Leiria. A segunda, na primeira semana de Junho, a última semana de campanha, passou por Aveiro, Porto e Braga.

As Brigadas serviram duas importantes tarefas: Por um lado, a comunicação e campanha dos Jovens do Bloco chegou a uma parte do território nacional, nomeadamente, faculdades e esco-



las secundárias a que nunca tinha chegado, assim, centenas de Jovens tiveram o seu primeiro contacto com uma candidatura do Bloco e com o Acampamento Liberdade. Por outro lado, as Brigadas serviram uma importante tarefa interna de fortalecimento da militância, nomeadamente, na motivação de camaradas mais isolados e de concelhias com menos atividade, motivando os Jovens a dinamizá-las e, também, o fortalecimento da coesão nacional entre Jovens do Bloco, através da partilha de experiências, e da criação de pontes de entreajuda entre jovens de diferentes distritos do país, importante para a criação de grupos de jovens fortes e dinâmicos.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nos últimos tempos, o avanço do imperialismo tem-se manifestado de forma particularmente violenta, aprofundando desigualdades e fortalecendo o capital. Reconhecendo esta realidade, CNJ reafirma a importância de fortalecer os laços de solidariedade e luta com outras forças progressistas e socialistas. Este esforço conjunto visa não apenas resistir às investidas imperialistas, mas também construir uma frente ampla e unificada em defesa da justiça, da soberania e dos direitos dos povos. Na campanha das Legislativas de 2024 recebemos uma comitiva da juventude do partido dinamarquês Enhedslisten – De Rød-Grønne, que nos acompanhou ao longo da última semana de campanha. Participamos em conversas que os mesmos gravaram para os seus meios de comunicação (Podcast), sobre a ascensão da extrema-direita europeia, em particular a portuguesa, e as formas de combate à mesma. Em julho, dia 25, participamos no Dia da Pátria Galega, na sequência do convite da Galiza Nova. Mais recentemente, têm sido mantidos contactos com os vários partidos e respectivas juventudes que compõem a European Left Alliance, no sentido de criar um organismo responsável pelas temáticas relacionadas com a juventude, ainda que tal processo se encontre num estágio embrionário.

COMUNICAÇÃO

Neste mandato, a CNJ assumiu como prioridade não só a criação de conteúdos e meios de comunicação, mas, também, a sua maior disseminação pelo território nacional, garantindo que estes chegassem ao maior número de jovens, especialmente aqueles que até aqui não tínhamos conseguido chegar.

No que toca a panfletos e materiais físicos, a CNJ elaborou panfletos que versaram sobre Habitação, Ensino Superior, Educação, Clima e Palestina, tendo ainda realizado panfletos para o Inconformação e para o Liberdade, bem como para as eleições Legislativas e Europeias. Estes foram distribuídos em Lisboa, Setúbal, Porto, Braga, Coimbra, Castelo Branco e Madeira, e ainda, pelas Brigadas, em Aveiro, Leiria, e Faro. Reconhecendo a importância da comunicação física, procurar-se-á manter e alargar esta forma de intervenção política a cada vez mais espaços.

No campo digital, a CNJ reconheceu que as páginas dos Jovens do Bloco representam uma função crucial na propaganda e comunicação do partido. Focando-se numa comunicação tematicamente mais jovem, pontualmente mais leve, mas nunca menos política, serve como uma importante porta de entrada de jovens à nossa comunicação.

Nas redes, elegemos como prioridades: consistência gráfica, diversificação de conteúdos e periodicidade na sua publicação. Ao longo deste mandato da CNJ, em forte coordenação com a



equipa de redes do Bloco, criou-se uma linha gráfica distinta e única para os Jovens, aumentou-se a quantidade e qualidade do conteúdo e atingiu-se, pela primeira vez, regularidade nas redes dos Jovens.

Mantivemos a nossa presença no Instagram, Twitter, Facebook e TikTok, criando, ainda, conta no BlueSky. Verificou-se um crescimento de centenas de seguidores, bem como o aumento das visualizações e interações, atingindo quase 300 mil visualizações.

Reafirmamos o compromisso de continuar a desenvolver um trabalho constante e criativo, alargando o nosso impacto tanto no campo digital, como na presença física em todo o território nacional.

GRUPOS DE JOVENS E INICIATIVAS

Manteve-se contacto com os Grupos de Jovens distritais existentes, assegurado pela participação de membros da CNJ nos grupos do respetivo distrito de militância. Foi possível, através desta articulação, melhor concretizar iniciativas como a distribuição dos panfletos referidos na secção de Comunicação, a afixação de cartazes de iniciativas como as edições de 2024 do Acampamento Liberdade e do Inconformação e a organização de sessões de preparação e divulgação do Acampamento Liberdade 2024.

Vários foram os debates que contaram com a representação do Bloco através dos militantes jovens desde o início do presente mandato. Em escolas, Universidades, eventos das Associações Académicas, entre outros.

Para possibilitar a distribuição de panfletos em distritos sem estrutura de jovens, procurou-se articular com contactos locais, nomeadamente, responsáveis ou dirigentes distritais e funcionários.

GRUPO DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

Neste mandato da CNJ reforçou-se a ligação aos militantes que frequentam o Ensino Superior, através do apoio e da dinamização de ações nas faculdades, mas não só. A CNJ formou um grupo de trabalho direcionado ao Ensino Superior. Este grupo é composto não apenas por elementos da CNJ, mas sim por estudantes bloquistas de várias Universidades e Politécnicos, de uma vasta cobertura geográfica e de representação das idiossincrasias características dos vários tipos de ensino e geografias do Ensino Superior português.

Foram levadas a cabo por este grupo de trabalho ações nas faculdades, que procuraram debater as condições e limitações à frequência do ensino. Bem como uma campanha nacional sobre o alojamento estudantil e a questão das pousadas da juventude. Foi ainda apoiada a criação de uma comissão de residentes de uma pousada da juventude, levada a cabo por uma camarada do grupo de trabalho.

No decorrer deste mandato, no presente ano letivo, apoiamos a formação de listas para Associações de Estudantes e formação de núcleos. Momentos de grande formação política, de quadros e fortalecimento da militância.



11. Grupo+60

Durante o período em questão houve várias coordenações do grupo: Deolinda Martin e Berta Alves (2022/2023), Berta Alves e Rui Távora (2023/2024), Rui Távora e Jaime Mestre (2024/2025).

01. ATIVIDADE INTERNA

- Boletins Informativos: 20 boletins (#103 a #122), enviados por e-mail aos/às aderentes +60 e publicados no site do BE, que refletem a promoção do debate político geral e temático nas reuniões mensais.
- Reuniões mensais do Grupo +60 (online e presencial): 20;
- Reuniões de coordenadora (alargadas): 16 (online).
- Atualização do Caderno Reivindicativo: para 2024, aprovada na reunião mensal do Grupo +60 do dia 11 de abril de 2024; para 2025, aprovada na reunião mensal de 12 de dezembro 2024, estando em vias de apresentação ao secretariado e grupo parlamentar e posterior publicação.

02. REUNIÕES COM O GRUPO PARLAMENTAR

- 21 de setembro de 2023 - Reunião com o deputado José Soeiro com a coordenação do Grupo +60 (Berta Alves e Rui Távora), com a participação do camarada Jaime Mestre e da assessora do grupo parlamentar do BE, Catarina Silva, em que apresentámos as prioridades para o Orçamento de 2024, aprovadas em reunião do Grupo +60 em 12 de setembro de 2023 ([Boletim #108, outubro 2023](#)).

03. TOMADAS DE POSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DO BLOCO

- 02 de agosto de 2024 - enviámos um parecer à Comissão Política sobre o conteúdo de uma carta de uma cidadã sobre "Acumulação do Complemento Solidário para Idosos com Complemento por Dependência", como contributo do grupo para uma resposta.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES

- 28 de Maio de 2023 – XIII Convenção do BE - participámos na preparação da Convenção com um texto contributo "Valorização das pensões, uma questão de justiça social" (em DEBATES#2 Contributos para os debates da XIII Convenção, pp. 53-54, disponível em [bloco.org](#)), interviemos no plenário sobre "Cuidados e respeito para quem fez o futuro..."
- 26 e 27 Outubro de 2024 - V Conferência Nacional do BE, Porto – enviámos texto contributo "Idosos, o grupo social a que todas e todos pertencemos" (em II Boletim, pp.51-52, disponível em [bloco.org](#)) e interviemos no plenário.



- A coordenação participou em 11 Mesas Nacionais, intervindo algumas vezes na defesa das reivindicações do Grupo +60.

PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS E CAMPANHAS/ELEIÇÕES

- Janeiro de 2024 - Eleições legislativas antecipadas, o Grupo +60 enviou contributos para a elaboração do programa eleitoral.

ORGANIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM SESSÕES/DEBATES

De iniciativa do Grupo +60 :

- 08-10 de setembro 2023 – Fórum Socialismo, em Viseu, painel “Pessoas Idosas: Cidadania e Participação”, com Berta Soares, gerontóloga e Marina Romana, educadora social (Moderadora : Berta Alves/Grupo+60) ; balanço publicado em Boletim #108, outubro 2023 - em bloco.org.
- 04 Maio 2024 – “Proteção Social Pública e Universal, uma prioridade da Esquerda”, na Casa da Imprensa, com intervenções iniciais de Mariana Mortágua e Catarina Martins e com a participação de José Gusmão, Maria Paz Campos Lima, Rogério Silveira e José Soeiro ; balanço publicado no Boletim #116, junho 2024.
- 30 de agosto-01 setembro 2024- Fórum Socialismo, em Braga, painel da iniciativa do Grupo +60 “Desocultar o Idadismo de Género” (à volta de um projeto da UMAR), com Graça Marques Pinto (ativista, feminista) e Berta Alves (Grupo +60). Intervenções publicadas no Boletim Extra Fórum Socialismo 2024.

04. PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE ÂMBITO ASSOCIATIVO E SINDICAL

O Grupo +60 tem procurado participar em todas as iniciativas, dentro das suas possibilidades, quer ao nível do associativismo de reformados e pensionistas, quer ao nível sindical, nomeadamente SPGL, quer ainda em espaços de debate em defesa de uma segurança social pública e universal, intervindo nesses espaços, defendendo as propostas inseridas no nosso Caderno Reivindicativo, procurando criar pontes para que as nossas reivindicações sejam satisfeitas, dando eficácia à luta desenvolvida neste âmbito.

05. REFORÇAR A INTERVENÇÃO E ALARGAR A PARTICIPAÇÃO NO GRUPO +60

O Grupo +60 tem promovido reuniões mistas (presenciais e online), de forma a garantir a participação de camaradas de todo o país na reunião plenária mensal, reforçando assim a intervenção do grupo.

Tem havido alguns problemas técnicos nas condições da transmissão das reuniões que têm vindo a ser resolvidos.



12. Grupo de Trabalho Formação

O desafio que foi colocado a um conjunto de camaradas pela Mesa Nacional, em setembro, foi o de propor programa, metodologias e suportes para a constituição de um modelo de formação no Bloco de Esquerda. Um modelo de formação mais moderno, estruturado e descentralizado que forneça instrumentos para abordar um tema ou para intervir politicamente.

Em 4 reuniões, o Grupo de Trabalho produziu um documento apontando dois formatos possíveis de formação, que podem coexistir: palestras presenciais ou online, cursos continuados temáticos, ações de formação performativas e um registo online (no site do Bloco) com sugestões de materiais a consultar sobre temas diversos (documentos, livros, artigos, filmes, peças de teatro, documentários, obras de arte, etc).

Em novembro este Grupo de Trabalho entregou à Mesa Nacional um documento com as suas propostas e extinguiu-se.

13. Grupo de Trabalho Programa do Bloco

A Mesa Nacional atribuiu, em setembro, a um conjunto de camaradas, a organização de um processo participado e democrático, para atualização do património programático do Bloco.

25 anos depois da sua criação, percebemos a necessidade de aprofundar ideias e de refletir sobre os desafios contemporâneos que enfrentamos.

O mundo está em constante transformação, com crises ambientais, económicas e sociais que exigem respostas inovadoras e corajosas. Pretende-se promover um debate amplo e inclusivo que envolva todas as vozes que partilham a visão de uma sociedade mais justa.

O Grupo de Trabalho tem vindo a reunir regularmente para organizar este processo, que pretende envolver militantes, simpatizantes e a sociedade em geral. Definidos que estão os Eixos Programáticos e as Mesas necessárias para a discussão dos temas, vamos entrar na fase dos workshops online, tentando envolver o maior número de pessoas.

Pretende-se, antes do verão, ter um documento base, com as principais ideias dos debates, para discussão na Mesa Nacional e que seja a base de um futuro programa político, a aprovar oportunamente.

14. Grupo de Trabalho LGBTQIA+

Membros do Grupo de Trabalho LGBTQIA+:

- Beatriz Realinho, Guarda
- Beatriz Pedroso, Lisboa



- Ana Durães, Oeiras
- Damas Morais, Coimbra
- Diogo Teixeira, Madeira
- Duarte Santos, Porto
- Duarte Graça, Porto
- Inês Antunes, Castelo Branco
- Jéssica Vassalo, Santarém
- João Carvalho, Almada
- Júlia Pereira, Santarém
- Lou Loução, Lisboa
- Sara Azul, Porto
- Rafael Pereira, Coimbra
- Tiago Resende, Viseu
- Jo Rodrigues, Porto/Faro
- Eduardo Couto, Aveiro
- Vanessa Brandão, Braga
- Paulo Jorge Vieira, Lisboa

Reuniões:

O Grupo de Trabalho LGBTQI+ do Bloco de Esquerda reúne com a periodicidade de duas em duas semanas, desde a sua eleição na Mesa Nacional de 1 de outubro de 2023.

Eleições:

Em 2024, ano de eleições Legislativas antecipadas, contribuímos para a elaboração do programa eleitoral, onde apresentámos propostas e temas a serem trabalhados pelo Bloco de Esquerda.

II Fórum LGBTQI+:

Neste momento, encontramos-nos a construir o II Fórum LGBTQI+, a acontecer em Coimbra nos dias 1 e 2 de março. Pretendemos com este encontro juntar ativistas e militantes do Bloco de Esquerda para se pensar um movimento politizado e coletivo.



15. GT Ecosocialista/Grupo promotor do Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda

Este grupo de trabalho surgiu de uma proposta feita à MN e, aí aprovada, por um conjunto de camaradas propondo a conformação de um GT Ecosocialista do Bloco de Esquerda. A partir desta aprovação, foi formado o Grupo promotor do Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda. A intenção é a de organizar um Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda, de caráter nacional, que enquadre politicamente a formação de um GT Ecosocialista do Bloco - que não coincidirá necessariamente com o atual GT, ainda que seja natural que tal aconteça em parte.

O Grupo promotor é constituído por Andreia Galvão, Daniel Borges, Daniel Carapau, Luís Fazeiro, Manuel Afonso, Ricardo Vicente, Rita Calvário, Rui Cortes, Vânia Leite (Miguel Heleno, Ricardo Moreira, Fátima Teixeira e Néelson Peralta foram igualmente incluídos, mas, por diversos motivos, não têm podido participar). Realizaram-se até ao momento 5 reuniões, estando o Encontro Ecosocialista do Bloco de Esquerda marcado para 22 de março de 2025, estando o grupo neste momento a ultimar aspetos como a divulgação, fechar o programa, mobilização, etc.

16. Grupo de Trabalho da Educação

O presente documento pretende ser o resumo das atividades promovidas pelo Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda (GTeduBE), criado por unanimidade pela Mesa Nacional, em setembro de 2022 e confirmado em 2023, após a XIII Convenção do BE.

Este propósito serve também para uma breve reflexão sobre a pertinência deste grupo de trabalho, tendo em conta a sua essência: a Educação, a Escola Pública e todas as pessoas que nela vivem quotidianamente.

Em 27 a 29 de abril de 2020, um grupo de professores do Bloco, conjuntamente com deputados e militantes interessados em debater a Educação, num conjunto vasto de reuniões a distância, discutiram as situações mais prementes da Educação, com o tema "O papel da escola pública no combate à crise" (em bloco.org).

Na altura, decidiu-se organizar as primeiras Jornadas da Educação do Bloco de Esquerda (JEBE) com o tema "Os desafios da Escola Pública" que decorreram entre outubro de 2020 e julho de 2021. As JEBE foram dinamizadas a partir de grupos com temáticas específicas e de seminários e com especialistas convidados.

Dos debates, conversas e reuniões sobre diversas temáticas relacionadas com a Educação, surgiu a necessidade de criar o GTeduBe, integrando todas as pessoas que, no Bloco de Esquerda, se interessam pela temática, ainda que de pontos de vista diferentes.

Atualmente, integram o GTeduBE aderentes de quase todas as regiões do país, incluindo Re-



giões Autónomas, de todas as áreas do setor, e do estrangeiro, incluindo docentes, não docentes, alunos e alunas e encarregados/as de educação.

Todas as atividades desenvolvidas desde 2020 estão disponíveis no separador “Educação” (em bloco.org) do sítio oficial do Bloco de Esquerda para consulta.

O primeiro balanço da atividade do Grupo de Trabalho de Educação até dezembro de 2021 pode ser consultado no documento “Histórico e Trabalho desenvolvido nas JEBE”.

01. ATIVIDADE DO ANO 2022-2023:

- Novembro de 2022. Proposta para o Orçamento de Estado de 2023.
- 18 dezembro 2022. Análise e posição do Grupo de Trabalho sobre situação da carreira docente, intitulada: “Os professores não aguentam tudo. Razões para a degradação da Carreira”.
- 18 dezembro de 2022. Posição do GTedu sobre alteração do regime de concursos de professores do ensino básico e secundário e de educadores.
- Janeiro de 2023. Iniciativa de criação do movimento “Unidos somos imparáveis” que fez o apelo à união das lutas e reivindicações sindicais nas lutas pela Escola Pública (Facebook: @unidossomosimparaveis). O documento em subscrição que reuniu 2220 assinaturas. A iniciativa foi promovida em conjunto com a Comissão Política.
- 3 de março de 2023. O Grupo de Trabalho contribuiu para a elaboração de duas perguntas à Comissão Europeia sobre os Serviços Mínimos decretados em Educação e o tempo de serviço docente, nomeadamente sobre ultrapassagens e injustiças verificadas.
- 12 de maio de 2023. Posição do Grupo de Trabalho sobre as provas de aferição intitulado: “A cultura da avaliação inútil e kafkiana - o caso das provas de aferição”.
- 12 de maio de 2023. Posição sobre as negociações do Ministério da Educação com sindicatos de professores e a apreensão quanto ao futuro da Educação Pública em Portugal.
- 20 e 21 de maio de 2023. Na XIII Convenção do Bloco de Esquerda, foram ouvidas as vozes de vários docentes, que fazem parte do Grupo Trabalho de Educação, cujos vídeos podem ser vistos em bloco.org.
- 25 de maio de 2023. Reforço da atividade sindical nos sindicatos da FENPROF, nomeadamente com presença reforçada na lista unitária para o SPGL eleita em 25 de maio de 2023, com 22 elementos.
- Setembro de 2023. Elaboração de Campanha para o início do ano letivo, com flyer e slides sobre problemas e soluções para a Educação, a distribuir na comunidade educativa e redes sociais.
- 10 setembro de 2023. Participação no Fórum Socialismo do BE, em Viseu, com a dinamização do debate “Da Escola que somos à Escola que sonhamos”, com Alexandra Vieira, Cristina Guedes e Hugo Monteiro.



- Janeiro a setembro de 2023. Participação ativa dos elementos do Grupo nas manifestações e formas de luta diversas pela escola pública, de diversas organizações de educação e sindicatos.
- Setembro de 2023. O Movimento “Unidos somos Imparáveis” junta-se à luta pela Habitação, cuja crise afeta os docentes e a escola pública, sob o lema “Nenhum aluno sem professor e nenhum professor sem casa” e faz mais um apelo à subscrição. Movimento no Facebook: @unidossomosimparaveis.
- Setembro de 2022 a setembro de 2023. Realização de 9 reuniões on-line, que contou em média com 20 participantes. Realizou-se uma única reunião presencial no Fórum Socialismo, em Viseu.

02. ATIVIDADE DE NOVEMBRO DE 2023 A JANEIRO DE 2025:

Foram realizadas cinco reuniões gerais do Grupo de Trabalho, para além dos encontros e sessões de trabalho para organização e produção dos conteúdos e ações a seguir descritas.

a) Comunicados e tomadas de posição

- 13 de dezembro de 2023. Construção de Proposta para o Programa Eleitoral do Bloco na Educação.
- 21 de janeiro de 2024. Posição sobre reintegração dos docentes na CGA.
- 24 de fevereiro de 2024. Posição sobre a necessidade de um plano de investimento para reabilitação urgente do edificado escolar, fundamental para um ensino de qualidade.
- 8 de março de 2024. Manifesto: Docentes declaram apoio ao Bloco (notícia disponível em esuqerda.net).
- 22 de abril de 2024. Comunicado sobre Ensino de Português no Estrangeiro sobre a situação do ensino da língua e as questões profissionais dos seus docentes.
- 15 de maio de 2024. Análise do Programa do Governo para a Educação.
- 18 de setembro de 2024. Análise do início do ano letivo 2024/2025 e áreas em debate, bem como as propostas sugeridas e o trabalho político necessário.
- 27 de outubro de 2024. “A Escola do futuro é livre e justa”. Texto do Grupo de Trabalho para a V Conferência Nacional no caderno 2.
- 4 de novembro de 2024. Elaboração de documento com contributos para a discussão do Orçamento de Estado na área da Educação para 2025.

b) II Jornadas de Educação do Bloco de Esquerda

O Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda propôs, organizou e realizou as II Jornadas



de Educação do Bloco de Esquerda com o tema “Como construir a cidadania para a democracia e para a liberdade”, durante os meses de junho, julho, setembro e novembro de 2024, com 4 debates realizados e com 89 inscrições.

As duas sessões presenciais realizaram-se no Fórum Socialismo 2024 em Braga:

- “Cidadania na Escola: uma Perspectiva crítica” no Fórum Socialismo em Braga com os professores Rodrigo Azevedo e Alexandra Vieira e moderação de João Martins. Sala cheia às 11h30, sábado 3 de agosto. Transmissão online.
- “Novos Modelos Pedagógicos e Democratização da Escola” no Fórum Socialismo em Braga com os docentes Miguel Pereira e Pedro Correia, moderação de Cátia Domingues. Sala cheia às 14h30, domingo 1 de setembro. Transmissão online.

Os vídeos estão [disponíveis em bloco.org](http://bloco.org).

As duas sessões on line foram as seguintes:

- “Diversidade sexual e inclusão”, com Fabíola Cardoso (professora AE da Sertã) e Beatriz Pedroso (ativista), em 8 novembro, às 21h15.
- “O estado da Educação: tensões contemporâneas”, com Almerindo Janela Afonso (U. Minho), a 22 de novembro, às 21h15.

Os vídeos estão [disponíveis em bloco.org](http://bloco.org).

03. PERTINÊNCIA DO GTEDU

No momento atual, passado o período de luta mais intensa que ocorreu em 2023, instalou-se uma aparente calma na classe docente. A possibilidade de recuperação do tempo de serviço, ainda que abranja apenas parte dos professores que a ele têm direito, o que tem reflexos na pensão futura, contribuiu para o esmorecer da luta. No entanto, os problemas estruturais da Educação mantêm-se, a par dos ataques à Escola Pública que ganham caminho nas intenções e ações do atual MECI.

A Educação e a Escola Pública continuam a ser arena para a disputa política e para as agendas que declaradamente ameaçam o direito à educação previsto na Constituição da República Portuguesa, pautado por valores de igualdade e vivência democrática, num espaço de liberdade cidadã, de criação, de escuta ativa, de pensamento crítico e de expressão da vida, através de experiências educativas realmente significativas.

Esta reflexão sobre a escola que queremos ganha ainda maior vigor numa altura em que a multiculturalidade e a diversidade se tornam mais visíveis do que nunca. Este facto traz novos desafios às organizações

educativas e às estratégias de inclusão, para a construção da cidadania que também revisita, entre outros, temas como a Educação para a Paz, a igualdade de direitos, a não violência, o respeito e o acolhimento, com recursos adequados e equipas multidisciplinares, de modo a responder e a prevenir ao ódio que se vem normalizando.



Por outro lado, as políticas educativas erráticas dos sucessivos governos resultam na desvalorização da docência, com consequências na regeneração deste grupo profissional colocando um problema há muito identificado pelos sindicatos, associações e universidades, que é o da falta de professores. Esta situação é extensível a todos os profissionais da Educação.

Por fim, a escassez de dotação orçamental, ainda longe dos 6% do PIB recomendados pela OCDE, continua a penalizar este serviço público que tem escassez crónica de equipamentos e de recursos humanos. Estes são, nos dias de hoje, essenciais ao direito à educação. Dotar a Escola de todos os de profissionais de diferentes áreas de que necessita é a única solução para o número crescente de alunos, para a diversidade cultural e inclusão, e para a previsível falta de professores, de educadores e de outros profissionais do setor.

Por todas as razões referidas continua a justificar-se a existência do Grupo de Trabalho da Educação, assim como a pertinência dos objetivos que levaram à sua criação.

4. CONCLUSÃO

O propósito do Grupo de Trabalho de Educação é a análise crítica de todo o sistema educativo, onde se incluir a escola Pública como elemento essencial à democracia e à igualdade, nas suas diversas dimensões, numa ação de desconstrução e de desocultação, bem como a elaboração de propostas políticas para a Educação, e para a defesa e melhoria de uma Escola Pública de qualidade, dos seus valores e dos seus profissionais.

Importa continuar a desenvolver uma intervenção junto das organizações de professores, e de outros profissionais, na luta pelas carreiras e pelo investimento na Escola Pública, fomentando a intervenção cívica dos professores e dos não docentes.

Assim, mantém-se como fundamental a ampliação do Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda que, neste momento, conta com 68 elementos inscritos, para a qual é necessário um maior reconhecimento interno da sua relevância. Por esta razão, defendemos a continuidade deste trabalho, bem como o estreitar da articulação interna e com os eleitos, bem como a valorização do trabalho desenvolvido e a representatividade nos órgãos do partido.

A manutenção do Grupo de Trabalho Educação do Bloco de Esquerda, herdeiro de anteriores, justifica-se pelas dinâmicas que foi capaz de implementar, nomeadamente as inúmeras ações, as campanhas e as iniciativas que promoveu, a capacidade de fazer propostas em qualquer área do sector. Destaca-se a dinamização de duas Jornadas de Educação do Bloco de Esquerda, com especialistas em Educação, pois foram momentos relevantes de agregação de militantes e contribuíram para projetar externamente o Bloco de Esquerda.



17 . Grupo de Trabalho da Antirracista

A 13 de abril de 2024 foi aprovado na MN o Grupo Trabalho Antirracista (GTAR), com o objetivo de afirmar a luta antirracista no seio do partido, é fruto do reconhecimento de um caminho pouco consistente, apesar da génese antirracista do partido.

O GTAR tem vindo a promover espaço de debate e de construção política para enfrentar todas as formas de discriminação e violência que as pessoas negras, ciganas e migrantes são alvo, de modo a influenciar todos os espaços institucionais onde o BE tem representação eleita.

Todos os anos, o grupo promoverá um Encontro Nacional Antirracista (ENAR), à semelhança do realizado nos dias 29 e 30 de junho de 2024, na Amadora. Este momento será precedido de jornadas antirracistas a realizar em vários pontos do país, tal como tem vindo a acontecer. A 19 e 20 de outubro arrancou a construção do ENAR com as Jornadas Antirracistas do Norte sob os debates “Que alianças e lutas nas ruas para um Porto antirracista?“, no Porto, e “Imigração: que direitos e respostas?“, em Braga.

O grupo tem organizado a presença do partido em algumas manifestações, - 14 de setembro (solidariedade com Cláudia Simões) e 21 de setembro (Marcha pelo centenário de Amílcar Cabral contra o fascismo, a xenofobia e o neocolonialismo), para tal promoveu o convívio antirracista a 13 setembro, na sede nacional.

Outra atividade em curso é a organização e mobilização do voto das pessoas estrangeiras que podem votar em Portugal nas próximas eleições autárquicas, através da campanha informativa do recenseamento eleitoral.

A coordenação do Grupo de Trabalho Antirracista: Alberto Matos, Aliyah Bhikha, Ana Durães , Andreia Galvão, Cyntia de Paula, Hugo Monteiro, Isabel Dabó, Jefferson Oliveira, Santiago Mbanda.



Relatório da atividade da Comissão de Direitos eleita na XIII Convenção

A Comissão de Direitos (CD) eleita na XIII Convenção do Bloco de Esquerda é composta por António Ricardo, Carlos Gomes, Elisabete Carvalho, João Moniz, Patrícia Barreira, Sandra Cunha e Vasco Barata.

Durante o seu mandato a CD reuniu 13 vezes: das quais, 10 reuniões ordinárias, que coincidiram com reuniões da Mesa Nacional e realizadas em regime misto, estando alguns membros presencialmente e restantes através de Zoom e 3 reuniões extraordinárias que ocorreram online para tratamento de processos pendentes de resposta.

Percebemos que neste mandato os apelos de aderentes à CD reduziram em número e também em complexidade, não havendo neste mandato qualquer necessidade de resposta ao Tribunal Constitucional, devido a processos levantados por aderentes do Bloco conforme aconteceu no mandato anterior.

Regista-se algum desconhecimento sobre as tarefas e as competências da Comissão de Direitos.

Alguns dos apelos que os aderentes fazem à CD nada têm a ver com as funções deste órgão, definidas nos Estatutos, reportando-se a contendas entre aderentes e dirigentes dentro dos órgãos que deviam ser tratadas do ponto de vista político e não por "arbitragem" da CD.

Queremos relevar que, por vezes, a CD teve dificuldade em obter resposta por parte de algumas estruturas do Bloco quando necessitámos de as contactar para procurar esclarecimentos, que nos permitissem apurar factos e tomar decisões.

Os motivos que levam os aderentes ou as estruturas internas do Bloco a dirigirem-se à CD são diversos. Refira-se como exemplo do tipo de comunicação com a CD, das 8 queixas/exposições, 4 foram sobre questões relativas a processos de eleição; 1 referiu-se a atitudes e comportamentos de camaradas em reuniões do partido; 1 sobre isenções de quota; 1 sobre comunicações internas e 1 sobre decisão de CCC sem enquadramento estatutário.

A CD propôs à Comissão Política a instauração de 1 comissão de inquérito a camaradas, tendo a respetiva CI sido constituída.



Proposta de regimento para a XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

1. A XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda tem lugar nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2025, no Pavilhão do Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso, em Lisboa, sob o lema “Orgulho na Liberdade”

COMPOSIÇÃO

2. A Convenção é constituída pelas/os delegadas/os que tenham sido eleitas/os em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além das/os delegadas/os, podem assistir aos trabalhos da Convenção representantes credenciados da Comunicação Social, os/as aderentes, simpatizantes e convidados do Bloco de Esquerda.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção de convidados.

7. Os trabalhos da Convenção são integralmente transmitidos em direto nos meios do Bloco de Esquerda.

DIREÇÃO DOS TRABALHOS

8. A XIV Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30 de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção, apresentação e votação do Regimento da Convenção, e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia decorre até às 21h00 de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

b) A Mesa da Convenção pode propor a prorrogação dos trabalhos por mais 60 minutos.

9. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar - no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento - o bom andamento dos trabalhos e o caráter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

10. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

11. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

12. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Ata da Convenção.

13. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

INTERVENÇÕES, PROPOSTAS E DEBATES

14. As/os delegadas/os podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.



15. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um/a representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

16. Cada moção de orientação ou plataforma publicada tem direito a um tempo global para intervenções das/os suas e seus delegadas/os, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 75% do tempo global de debate;

c) As/os delegadas/os indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegadas/os à Convenção.

17. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegadas/os só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa: Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção; Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção; Declarações de voto que ficarão anexas à ata da Convenção.

18. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

19. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

20. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respetivas apresentações.

21. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegadas/os, devendo as listas das/os delegadas/os subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

22. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redatores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegadas/os, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respetivo ponto da Ordem de Trabalhos.

VOTAÇÕES

23. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

24. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respetivos pontos da Ordem de Trabalhos.

b) a votação final das moções terá início às 12h de domingo.

25. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

26. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no deBatEs#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.



27. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

ELEIÇÃO DOS ÓRGÃOS NACIONAIS

28. As eleições para os órgãos nacionais - Comissão de Direitos e Mesa Nacional - decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

29. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

30. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h do primeiro dia de trabalhos até às 11h da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

31. Cada lista de candidatura indicará um/a delegado/a efetivo/a e um/a suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respetiva contagem dos votos.

32. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegadas/os, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta - em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um das/os candidatas/os, n.º de aderente, distrito/região de militância, idade e profissão.

33. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

34. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção direta dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatas/os da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

35. A Mesa distribui as atas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

36. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

ORDEM DE TRABALHOS

- Início dos trabalhos, apresentação e votação do relatório da COC, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h);
- Eleição da Mesa (11h15);
- Alocução de abertura da Convenção (11h30);
- Estatutos - discussão e votação de propostas de alteração (11h50);
- Moções de Orientação Política - apresentações, debate, conclusões e votação (início 14h30, sábado, votação final 12h00 domingo);
- Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00 sábado, encerramento às 11h00 domingo);
- Sessão de Encerramento (domingo 12h30).



Propostas de alteração aos Estatutos do Bloco de Esquerda

(APROVADAS EM REUNIÃO DA MESA NACIONAL
DE 01 DE FEVEREIRO DE 2025)

NOTA PRÉVIA

O Tribunal Constitucional, através do Acórdão nº 74/2024, decidiu declarar a ilegalidade de algumas normas dos Estatutos do Bloco de Esquerda e isso obriga-nos a uma retificação estatutária na Convenção seguinte.

A filosofia de apreciação dos Estatutos por parte do Tribunal Constitucional alterou-se profundamente. Doravante, o Tribunal não se pronuncia apenas sobre normas alteradas, o que era a prática anterior, mas julga a totalidade dos Estatutos de cada vez que lhe sejam submetidas quaisquer alterações que a Convenção entenda deliberar.

O Tribunal chamou a atenção para vários aspetos dessas regras a que o Anteprojeto de Alteração de Estatutos, aqui apresentado, visa dar resposta.

Referimo-nos à especificação de um catálogo de deveres a que o aderente está obrigado, ao reforço de garantias processuais do aderente sujeito a procedimento disciplinar, à clara determinação de todos os prazos das várias fases desse procedimento até ao seu epílogo.

Ao mesmo tempo, produzem-se outras alterações destinadas a aperfeiçoar o objeto do Partido, ou a clarificar o critério da paridade de género na composição dos órgãos, ou a simplificar a decisão da Mesa Nacional sobre candidaturas à Assembleia da República, ou mesmo a precisar várias normas do articulado. Sendo o Bloco um movimento político que se organiza como Partido, e sendo apenas a Partidos que se refere a respetiva Lei, altera-se a utilização da expressão "Movimento", juridicamente inadequada, por Partido na transversalidade das normas.

Temos consciência da responsabilidade de alcançar Estatutos que, por um lado, expressam a conceção de livre organização dos aderentes do Bloco de Esquerda e, por outro lado, sejam passíveis de um juízo existencial do Tribunal Constitucional, afirmando a nossa legalidade democrática.

Estatutos do Bloco de Esquerda

ARTIGO 1º

DEFINIÇÃO E OBJETIVOS

1 - O Bloco de Esquerda é um movimento político de cidadãos e cidadãs que assume a forma legal de partido político.



2 - O Bloco de Esquerda dá continuidade às lutas e ao exemplo histórico das pessoas, das forças e dos movimentos comprometidos com a liberdade e com o socialismo.

3 - No tempo da crise climática, o Bloco de Esquerda atua pela superação do capitalismo, condição de futuro para a humanidade. O fim da exploração e das desigualdades sociais é um objetivo inseparável da luta contra todas as opressões, sejam de carácter racista e patriarcal ou dirigidas à orientação sexual, à identidade e expressão de género, às características sexuais, à idade, à religião, à deficiência. O pleno respeito pelas pessoas e pelo bem-estar animal é possível num mundo socialista e ecologicamente sustentável.

4 - Como força política internacionalista, o Bloco de Esquerda assume a defesa universal dos direitos humanos, do direito dos povos à sua autodeterminação e à paz.

2 - O Bloco de Esquerda, adiante também referido como Movimento, inspira-se nas contribuições convergentes de cidadãs e cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram e comprometem com a defesa intransigente da liberdade e com a busca de alternativas ao capitalismo. Pronuncia-se por um mundo ecologicamente sustentável e mais respeitador de todos os animais. Combate todas as fontes de desigualdades sociais, baseadas em formas de exploração e exclusão de carácter étnico-racial, de género, de orientação sexual, de identidade de género, expressão género e características sexuais, de idade, de religião, de opinião, de classe social ou baseadas na existência de diversidade funcional, não sendo complacente com comportamentos que vão contra estes princípios. Como força política internacionalista, assume a defesa dos Direitos Humanos em todo o mundo, sem exceções.

3 - O Bloco de Esquerda defende e promove uma cultura cívica de participação e de ação política democrática como garantia de transformação social, e a perspectiva do socialismo como expressão da luta emancipatória da Humanidade contra a exploração e opressão.

ARTIGO 2º

SÍMBOLO

1 - O símbolo é composto por uma estrela humanizada de cor vermelha.

2 - Na atividade regular do Movimento **Partido**, o símbolo pode ter outras cores, em homenagem aos diversos patrimónios ideológicos e de lutas que no Bloco de Esquerda confluem.

ARTIGO 3º

ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao **Partido** Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de trinta 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.



4 - Cada aderente vincula-se a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiação. No caso de aderentes fora do país, a vinculação é feita a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das **Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira**, ou, para quem reside no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

7 - A inscrição como aderente caduca por renúncia pessoal expressa, óbito, ou por ausência de contacto com o Bloco de Esquerda nos últimos cinco anos.

8 - 9—A verificação geral da ausência de contactos de aderente decorre de **quatro em quatro** anos, de acordo com um regulamento da Mesa Nacional.

9 - 8—A ausência de contacto de aderente é certificada pelas **Comissões Coordenadoras Concelhias** ou, na sua falta, pela **Comissão Coordenadora Distrital/Regional** ou pela Comissão Política, dispondo de 2 meses para o efeito, findos os quais, ~~se não se contabiliza nenhum pagamento de quota~~, é registada a caducidade da adesão.

ARTIGO 4º

DIREITOS DAS E DOS ADERENTES

1 - São direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento **Partido** e nas suas atividades;
- b) Eleger e ser eleita ou eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento **Partido**, desde que com inscrição ou reinscrição até 6 meses antes da convocação do ato eleitoral;
- c) Ser informada ou informado sobre a atividade do Movimento;
- d) Obter resposta, no máximo de um mês, a perguntas dirigidas por escrito aos órgãos;
- e) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito Movimento **partidário**;
- f) Intervir e participar nas organizações de carácter não partidário com autonomia e independência.

2 - O exercício dos direitos das e dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

~~3 - Os direitos de aderente são suspensos, automática e provisoriamente, quando o ou a aderente se candidata em lista eleitoral concorrente do Bloco de Esquerda, enquanto decorre o inquérito respetivo.~~



ARTIGO 5º

RESPONSABILIDADES DEVERES DAS E DOS ADERENTES

1 - São responsabilidades **deveres** das e dos aderentes:

a) Respeitar os presentes Estatutos, bem como as decisões e deliberações dos órgãos do Partido, sem prejuízo da expressão de diferenças de opinião política; Promover os objetivos políticos do Movimento e atuar civicamente em conformidade;

b) Agir com respeito e urbanidade;

c) Abster-se de conduta que acarrete sério prejuízo ao bom nome do Partido; Cumprir os Estatutos;

d) Desempenhar com zelo os cargos para que tenha sido eleito ou eleita em listas partidárias;

e) Pagar uma quota regular, com exceção da situação prevista no número 2; Contribuir para o financiamento das atividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades;

f) Não contrair dívidas ou obrigações contratuais em nome do Partido, sem mandato dos órgãos competentes;

g) Abster-se de participar em listas eleitorais concorrentes com o Partido.

2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia, caso exista. A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação da própria ou do próprio no ano seguinte.

ARTIGO 6º

SANÇÕES

1 - Em caso de infração dos seus deveres, os e as aderentes do Bloco de Esquerda podem estar sujeitos às seguintes sanções, por ordem de gravidade, leve, grave e muito grave:

Às e aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência;

b) Suspensão de direitos até um ano. A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção;

c) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

3 - A nenhuma ou a nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvida ou ouvido, no inquérito respetivo.



A inobservância das garantias de defesa implica a nulidade da decisão de aplicação de uma sanção.

3-- A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

a) **4 - O recurso das sanções aplicadas terá de ser interposto no prazo de trinta dias úteis após a comunicação à ou ao aderente, tendo de conter as alegações da ou do recorrente. A decisão da Comissão de Direitos sobre o recurso deve decorrer num prazo de trinta dias úteis.** previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação à ou ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações da ou do recorrente, enquanto que o recurso final em Convenção Nacional pode ser interposto até 30 dias após a divulgação da data da respetiva Convenção;

b) **5 - O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.**

4 **6 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicadas ou indicados pela Mesa Nacional.**

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional;

b) É obrigatoriamente facultada à ou ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

c) O inquérito deve estar concluído em trinta dias úteis e a apreciação e decisão subsequente pela Mesa Nacional não pode exceder sessenta dias úteis, sob pena de prescrição.

7 - A situação prevista no artigo 5º alínea g) acarreta uma suspensão de direitos temporária, iniciando-se o respetivo inquérito.

5-**8--** As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento **Partido**.

ARTIGO 7º

ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;



- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.

ARTIGO 8º

CONVENÇÃO NACIONAL

- 1 - A Convenção Nacional, como órgão máximo do **Movimento Partido**, é composta pelas e pelos aderentes que para ela foram eleitas e eleitos nos termos do Regulamento da Convenção Nacional.
- 2 - O processo da Convenção Nacional rege-se pelo Regulamento da Convenção Nacional, elaborado pela Mesa Nacional.
- 3 - A Convenção Nacional elege uma Mesa da Convenção para dirigir os seus trabalhos, delibera sobre Estatutos, orientação política e objetivos programáticos, cabendo-lhe igualmente a eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.
- 4 - A Convenção Nacional vota a adesão ou desvinculação do Bloco de Esquerda de organizações internacionais interpartidárias.
- 5 - A Convenção Nacional realiza-se com uma periodicidade de dois anos, podendo ser convocada extraordinariamente por iniciativa da Mesa Nacional ou de **10% dez por cento** das e dos aderentes.

ARTIGO 9º

COMISSÃO DE DIREITOS

- 1 - A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:
 - a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Partido;
 - b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Partido;
 - c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
 - d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º de decisões de órgãos estatutários sobre assuntos administrativos;
 - e) Sugerir, sempre que possível, os procedimentos internos mais adequados a adotar face à exposição apresentada;
 - e) Deliberar sobre matéria disciplinar nos termos do Artigo 6o.



ARTIGO 10º

MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo do **Bloco de Esquerda** no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir **o Partido** no âmbito nacional, ~~o Movimento~~.

2 - A **Mesa Nacional** será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 60% de membros que não sejam funcionárias ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitas e eleitos pelo ~~Movimento~~ **Partido**.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género de **50% de mulheres**, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes **listas concorrentes à Mesa Nacional** ~~moções~~ apresentadas à Convenção Nacional.

4 - A Mesa Nacional é convocada por decisão da Comissão Política ou de 25% dos membros da Mesa Nacional.

5 - 7- A Mesa Nacional adota resoluções políticas e deliberações, por proposta da Comissão Política ou por proposta dos seus membros. Qualquer moção política submetida à Mesa Nacional com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

6 - 4- É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e ~~o seu eventual pagamento faseado~~.

7 - 5- Compete à Mesa Nacional, sob proposta das **Assembleias Distritais e Regionais** e da Comissão Política, decidir sobre a primeira candidata ou candidato das listas à **Assembleia da República** e às **Assembleias Legislativas de Região** Autónoma no caso de círculos com até três deputadas ou deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatas e candidatos nos restantes círculos. Em caso de haver mais do que uma proposta para o mesmo círculo eleitoral, estas são votadas em alternativa na Mesa Nacional. ~~As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN.~~ A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.

8 - 6- Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais, a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais.

9 - 8- Compete à Mesa Nacional aprovar a lista de candidatas e candidatos ao Parlamento Europeu.

10 - 9- Compete à Mesa Nacional a definição das linhas de orientação política das eleitas e dos eleitos **para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.**



ARTIGO 11º

COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direção quotidiana do **Bloco de Esquerda** Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu e a aplicação das deliberações da **Mesa Nacional** sobre a orientação política das e dos eleitos, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

ARTIGO 12º

ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelas e pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Partido** Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegend as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

a) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias **são convocadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras** ou obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% das e dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do **Partido** Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do **Bloco de Esquerda** Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

6 - As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela **Mesa Nacional**.

ARTIGO 13º

COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direção quotidiana do **Partido** Movimento no respetivo âmbito e, de acordo com a política **geral definida** do Movimento, a atividade do Bloco de Esquerda.



a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

2 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais podem eleger, entre os seus membros, um Secretariado para tarefas de representação, de execução e aplicação das suas deliberações.

3 - Compete às Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais organizar a eleição das e dos representantes à Convenção Nacional, nos termos do respetivo Regulamento.

ARTIGO 14º

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS AUTÓNOMAS

1 - Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o **Partido Movimento** dispõe de organizações com Estatutos próprios.

2 - Os Estatutos das **Organizações Autónomas**, aprovados pelas correspondentes Assembleias Regionais, podem ser chamados a ratificação pela Mesa Nacional e preveem autonomia política, organizativa e financeira nos respetivos âmbitos regionais.

3 - As **Organizações Autónomas** são responsáveis perante a Mesa Nacional e a Convenção Nacional.

ARTIGO 16º 15º

NÚCLEOS

1 - As e os aderentes, num mínimo de cinco, podem constituir-se em Núcleos, os quais reúnem em plenários, convocados nos respetivos âmbitos, organizando-se do modo que considerem mais adequado.

2 - A constituição dos Núcleos está sujeita a ratificação da Comissão Coordenadora Concelhia respetiva ou, na ausência desta, da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional.

3 - Nas atividades dos **Núcleos** podem participar não-aderentes.

ARTIGO 15º 16º

DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - Todas e todos os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações dos órgãos.

2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.

3 - É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.



4 - As e os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política e a todas as propostas apresentadas para votação nestes órgãos, que são publicadas no site do Bloco.

ARTIGO 17º

REFERENDOS

1 - A iniciativa de proposta de referendo interno, vinculativo, compete à Mesa Nacional ou a 500 aderentes.

2 - O referendo interno realiza-se sobre questões relevantes para a intervenção política do Bloco de Esquerda.

3 - Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

4 - A deliberação obtém-se por maioria dos votos expressos.

5 - 150 aderentes podem obrigar ao debate e deliberação da Mesa Nacional sobre uma proposta de referendo.

6 - O referendo interno organiza-se de acordo com regulamento próprio, aprovado pela Mesa Nacional.

7 - Os referendos locais sobre matérias do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da Mesa Nacional para os referendos.

8 - As decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

ARTIGO 18º

GRUPOS DE TRABALHO

1 - Os Grupos de Trabalho constituem-se por decisão de um ou vários órgãos do **Movimento Partido**, para aprofundamento, debate e eventual elaboração de recomendações em torno de temas específicos ou setoriais aos quais apresentam conclusões.

2 - Nas atividades dos grupos de trabalho podem participar não-aderentes.

ARTIGO 19º

CONFERÊNCIAS NACIONAIS

1 - A Mesa Nacional pode tomar a iniciativa de convocar Conferências Nacionais destinadas a promover o debate e a elaboração de conclusões e recomendações sobre assuntos de **caráter geral ou** específico.

2 - As Conferências Nacionais são abertas a todas e todos os aderentes do Movimento.



ARTIGO 20º

SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações ~~no Movimento~~ são tomadas por maioria simples de votos das e dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos ~~do Movimento~~, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos. ~~A Mesa Nacional elege, no início de cada mandato, uma comissão de três membros responsável por verificar e atualizar os recursos materiais e tecnológicos do partido, na perspectiva da eficácia e transparência do voto por correspondência.~~

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos, devendo, porém, observar o critério da paridade entre sexos.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género de **50% de mulheres**.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais e Regionais ~~e Concelhias~~ observam o critério de paridade de género de **50% de mulheres**.

c) As listas para as Comissões Coordenadoras Concelhias observam o critério de paridade de género de, no mínimo, 40% de mulheres.

d) e) Na elaboração das listas, como em toda a atividade do Bloco, é respeitada a autodeterminação e identidade de género de cada aderente.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.

ARTIGO 21º

FINANÇAS

1 - As receitas do Bloco de Esquerda provêm das contribuições das suas e dos seus aderentes e simpatizantes, dos subsídios e subvenções públicas, legados ou donativos que lhe sejam atribuídos e expressamente aceites pelo Partido Movimento, de iniciativas próprias, do rendimento de bens, fundo de reservas ou verbas depositadas.



2 - As despesas do Bloco de Esquerda são as que resultam do exercício das suas atividades estatutárias e das que lhe sejam impostas legalmente.

3 - A gestão financeira do Bloco de Esquerda é objeto de um Regulamento de Finanças aprovado pela Mesa Nacional.

4 - Para efeitos do disposto na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos é imputável à Tesoureira ou Tesoureiro a responsabilidade pelas contas.

a) Compete à Comissão Política a nomeação da Tesoureira ou Tesoureiro, sujeita ou sujeito a ratificação pela Mesa Nacional.

b) As Tesoureiras e os Tesoureiros das estruturas locais são responsáveis, no respetivo âmbito, nos termos do Regulamento de Finanças.

5 - O Bloco de Esquerda presta contas nos termos da Lei.

ARTIGO 22º

CASOS OMISSOS

Os casos omissos nos presentes Estatutos são regulados por deliberação da Comissão de Direitos, que deverá apresentar tais decisões na Convenção Nacional imediatamente posterior às mesmas, a fim de serem ratificadas ou alteradas.



Moção

A

Um Bloco
para virar
o jogo



O Bloco de Esquerda apresenta na sua XIV Convenção a sua luta pela paz e pela democracia contra a oligarquia que ameaça o mundo. Mobiliza-se contra os interesses económicos que querem destruir o sistema de saúde e de segurança social. Organiza e participa em todas as lutas que representam a classe trabalhadora, a sua unidade e a aspiração ao socialismo. E disputa os próximos anos para reforçar a sua organização e vida democrática, como coletivo militante que amplia a sua intervenção.

1. UM PARTIDO DE COMBATE

1.1. Os próximos anos serão marcados pela ofensiva da direita trumpizada em todos os planos: guerra e discurso de guerra, degradação autoritária das regras democráticas, desinformação e manipulação, ataque aos direitos do trabalho, aposta na divisão xenófoba e racista e na destruição de condições de igualdade das mulheres e das pessoas LGBTQI+. Sabemos ao que vêm. A ofensiva conservadora é total e quer perseguir a esquerda.

1.2. Sabemos quem somos. A esquerda de combate perdeu expressão eleitoral mas tem uma raiz popular. Esta reforçou-se em três planos, na expressão de lutas de trabalhadores, como a de quem trabalha por turnos ou em plataformas; na criação de movimentos pela habitação; no alargamento da plataforma unitária de atuação antirracista e de luta social nas cidades. Essa é a disputa que vai continuar a crescer, a desafiar a oligarquia e a afirmar a liberdade e a democracia a partir da conquista de direitos sociais universais. É a partir daí que procuramos alianças e convergências populares. Só desse modo será possível à esquerda enfrentar o governo da direita, seja este apoiado na extrema-direita ou na anuência ou adaptação do PS.

1.3. Combatemos a trumpização e a guerra perpétua escolhendo uma prioridade: a defesa do povo palestino contra o extermínio. Gaza é a nossa fronteira. O movimento pela paz é a recusa do genocídio e do sionismo como forma de opressão colonial racista.

1.4. Para estes combates, o Bloco precisa de se reforçar e renovar a sua cultura de organização. Somos o único partido com regras democráticas consistentemente comprovadas: o direito de exprimir opiniões e propostas, de apresentar alternativas em todas as eleições internas, de fazer circular as moções e de as debater em igualdade de circunstâncias. Mas a organização é muito mais do que as regras democráticas que a fundamentam: a nossa prioridade é a socialização do exemplo das concelhias e distritais que mais envolvem os militantes; dos núcleos que garantem a continuidade do trabalho de base, onde se aprende a militância e se forma a cooperação no trabalho comum. Criar coletivos militantes é a única forma de nos comprometermos com movimentos, com batalhas políticas, com campanhas imediatas e trabalho de longo prazo. Os núcleos territoriais, a organização de militantes feministas, ou da saúde, ou antirracistas e de jovens nas escolas e universidades são a base de organização do Bloco. Para os próximos anos, que serão de luta dura, só o seu reforço e extensão garante que há um debate permanente, partilha de decisões e esforço conjugado.

1.5. A nossa cultura organizativa deve ser constituída por procedimentos claros, por dedicação que resista a flutuações conjunturais, por canais próprios de articulação e comunicação interna. A



formação ideológica, a reflexão política e a autonomia na ação de núcleos militantes são a chave do nosso crescimento e da formação de quadros políticos.

1.6. A participação militante e o debate democrático no Bloco requerem canais próprios de organização e comunicação, que não são substituíveis por redes sociais ou pela comunicação social tradicional. As redes sociais são ferramentas de que o Bloco não abdica, reconhecendo, no entanto, que são espaços definidos pelas regras da manipulação da informação, pela individualização e isolamento e que, por isso, são inimigas da construção política coletiva. A presença e a partilha de experiência militante requer coletivos presenciais e formas pessoais de comunicação, sem a intermediação de um poder algorítmico.

1.7. A coordenação da Comissão Política compete à pessoa que encabece a lista candidata à Mesa Nacional que seja mais votada na Convenção.

2. ACELERA-SE A VIRAGEM AUTORITÁRIA PARA A IMPOSIÇÃO DE NOVOS MODELOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

2.1 Multiplicam-se os elementos de transição autoritária em regimes de democracia

O neoliberalismo está numa crise existencial iniciada com o crash de 2008. Depois de anos de política de austeridade que enfraqueceu os serviços públicos e o trabalho, as políticas monetárias expansionistas alimentaram a finança especulativa e os gigantes tecnológicos. A resposta dada à inflação que se gerou após a pandemia e a invasão da Ucrânia foi um aumento dos juros que castigou os salários, agravando as condições da crise.

Para estruturar novas formas de acumulação, o capitalismo requer novas formas políticas que consagrem a apropriação adicional de bens comuns e serviços públicos (cujo desmantelamento consta dos programas de Milei e de Trump) e o aumento da exploração (eliminando formas de proteção legal do trabalho e organização sindical, e mesmo estruturas da administração pública ligadas a objetivos de bem estar social). O encargo da direita radicalizada e do neofascismo é o de acelerar a instalação deste novo quadro político e legal.

A reeleição de Donald Trump desloca abruptamente a correlação de forças global a partir do imperialismo hegemónico. Mas essa mudança já se iniciara em diversas partes do mundo, incluindo na Europa, com regimes de subcidadania para imigrantes, restrições às liberdades de expressão e de protesto, concentração de competências legislativas no poder executivo, instrumentalização política dos aparelhos judicial, policial e militar ao serviço de agendas autoritárias e presença direta de oligarcas na estrutura dos governos.

A escalada da direita radicalizada vai assim muito além do negacionismo climático e da perseguição conservadora, que eliminam qualquer promessa verde ou de igualdade. O seu programa é o capitalismo absoluto: regressão social e confinamento da esquerda. O neoliberalismo conduziria forçosamente ao autoritarismo.

Essa transição é patente: o elogio neoliberal da desregulação e das privatizações foi elevada à exaltação da desigualdade social; além da culpabilização dos trabalhadores empobrecidos pela sua própria pobreza (acusados de iliteracia, falta de produtividade, formação, etc), a proteção das elites passa agora pela gestão do descontentamento popular através do racismo e pela crimina-



lização dos segmentos marginalizados da própria classe trabalhadora; a proclamação neoliberal do “fim da história” é substituída pela pura paranóia “anti-marxista”, dirigida contra a esquerda e mesmo contra setores moderados; o culto dos “empreendedores”, doutrina escolar do neoliberalismo, é suplantado pela glorificação dos tecnoligarcas.

2.2. A economia da atenção e a tecnoligarquia no comando

Nos primeiros dias do mandato de Donald Trump, os monopólios globais da comunicação realizaram um ajustamento de posição, assumiram expressamente a sua aliança com a extrema-direita global e a promoção da sua agenda misógina, islamofóbica e antisemita como estratégia empresarial.

O processo de mercadorização da atenção, iniciado há dois séculos com a imprensa comercial, deu um salto qualitativo no século XXI. Com a generalização do acesso ao telefone com internet, a disputa capitalista pela atenção passou a abranger todas as geografias, toda a humanidade, desde a primeira infância, sob reduzida regulação e em rápida sofisticação técnica, mediando a realidade e ocupando os sentidos humanos, com grandes impactos no modo de vida e na existência individual.

A concentração dos fluxos de informação em monopólios globais, colossos financeiros assentes na receita publicitária e na mediação comercial, sufocou o potencial original da internet, descentralizador e democrático. Estas empresas monopolistas da atenção mercantilizada têm um poder político sem precedentes e sem escrutínio real. Os seus proprietários promovem e financiam projetos políticos regressivos nos cinco continentes, fornecendo os instrumentos de manipulação de massas e operando verdadeiros ataques à soberania popular.

Além da transição autoritária, o poder das tecnoligarquias é um fator de transformação da exploração do trabalho, estruturando em plataformas algorítmicas formas extremas de extração de valor, atomizando os indivíduos em modelos de subsistência à margem da proteção legal normal.

Noutro plano, o armazenamento dos dados digitais de que o novo capitalismo se alimenta obriga à construção de equipamentos gigantescos, superintensivos em eletricidade e geradores de um fardo energético em grande medida supérfluo (sistemas de validação de criptomoedas; inteligência artificial de uso lúdico, etc), incompatíveis com qualquer objetivo climático.

O curso da inovação tecnológica demonstra a urgência do plano ecossocialista para impor propriedade e regulação públicas, bem como de instituições de Direito Internacional que articulem objetivos de paz, segurança energética, saúde pública, justiça climática e proteção de bens comuns essenciais, entre estes a própria informação.

O poder dos tecnoligarcas é, em si mesmo, uma ameaça existencial à democracia, por reduzir a circulação de informação e enclausurar o debate público em espaços privatizados sob controlo de protagonistas do projeto autoritário da direita radicalizada. A defesa do acesso a informação fidedigna como condição da liberdade política impõe a urgente constituição de uma frente social ampla para combater o poder dos tecnoligarcas e para a neutralização das suas armas de manipulação massiva. De igual modo, lutamos pela imposição da lei laboral ao trabalho recrutado através de plataformas, visando a eliminação do comércio de mão-de-obra por via destas autênticas zonas de não direito.

2.3. Nas relações internacionais predominam formas de cooperação competitiva com riscos bélicos reais e mesmo existenciais

A atual competição geoestratégica agressiva, nos termos de Von der Leyen, não trava a integração do capital e a interdependência económica, tecnológica e energética. China e EUA coexistem no G20 enquanto ensaiam uma guerra comercial e manobras militaristas. Além dos impactos nos consumidores dos EUA, uma subida abrupta de tarifas aduaneiras - mesmo se parcialmente contornada através de países intermediários - atingiria interesses poderosos: uma das maiores fábricas de automóveis de Elon Musk situa-se em Shangai; é na China que se fabricam componentes essenciais para a indústria de armamento norte-americana e israelita; a economia chinesa é um dos terrenos de atuação dos grandes fundos de investimento globais - os chamados "proprietários universais", com interesses em todas as geografias (BlackRock, Vanguard, Apolo, etc). A China detém a terceira maior quota no FMI.

Esta cooperação desenvolve-se em paralelo com uma dinâmica de conflito que se acentua. Interessadas no desgaste militar da Rússia, as potências ocidentais procuram escalar o conflito como uma guerra por procuração, instalando uma dinâmica de guerra fria, no sentido em que a política é de preparação para a guerra, corrida às armas e retórica militarista. O mesmo tipo de guerra fria está em curso em torno de Taiwan, entre os EUA e a China.

A resistência ucraniana à invasão russa tem a legitimidade que assiste a qualquer país invadido e o mesmo direito a procurar apoio militar para a defesa do seu território e do seu povo. Essa legitimidade não justifica a orientação da NATO e das potências ocidentais contra soluções negociadas que garantam a neutralidade da Ucrânia e o fim da guerra.

2.4. A União Europeia em deriva militarista, contra o Direito Internacional e a ONU

O militarismo força o consenso para retrocessos sociais excepcionais, daí o ativismo armamentista da UE e a sua passividade diplomática perante a escalada na Ucrânia. O Mal banaliza-se em políticas europeias que descartam dezenas de milhares de vidas nas águas do Mediterrâneo ou em Gaza. Com a vitória de Trump, o anúncio da suspensão total da cooperação internacional norte-americana dá um sinal de continuidade e agravamento da política anterior.

A ocupação israelita da Palestina encanta o racismo profundo da Europa, que defende o protetorado norte-americano no Médio Oriente a partir dos seus velhos fantasmas colonialistas e islamofóbicos. Sob os escombros de Gaza, ficaram já as instituições de Direito Internacional, desautorizadas pelos próprios Estados que as subscrevem. Ao abastecer o genocídio com armas, dinheiro e propaganda, a União Europeia foi cúmplice de um crime testemunhado globalmente. O extermínio em direto mudou o mundo.

A marginalização das Nações Unidas é um retrocesso para a luta dos povos e para estratégias multilaterais de paz e desarmamento. A persistente mobilização da juventude, em particular nas universidades dos cinco continentes, prova que há uma geração que compreende o significado do genocídio na Palestina e que está disposta a tentar travar o curso da barbárie global.

O alinhamento do governo Português com esta política é completo, como se verifica na recusa de reconhecimento do Estado palestino; cumplicidade com os acordos UE-Marrocos e co-or-



ganização com a ditadura marroquina de competições desportivas que incluirão a implantação de infraestruturas em territórios saharauis ocupados ilegalmente.

2.5. Em pé de guerra, a Europa assume o capitalismo de catástrofe

O pós-pandemia prometeu desglobalização e valorização do Estado prestador de cuidados e proteção. As regras da austeridade europeia chegaram mesmo a ser suspensas para estímulos de investimento às transições “verde” e “digital”. Mas esse momento foi muito breve: a invasão da Ucrânia deu pretexto para uma nova guinada política, destinada a drenar o investimento climático para os orçamentos militares.

O recuo da UE na política climática soma-se assim à tendência mundial registada nas COP, a recusa das potências em cumprir as metas de Paris e o assumido regresso dos conglomerados da energia a uma agenda de extração ilimitada de combustíveis fósseis. A melhor promessa dos Estados e das multinacionais é a adaptação dos mais fortes a um capitalismo de catástrofe.

2.6. Um governo de direita em radicalização, sustentado no PS

O centro liberal europeu governa em decomposição. É o caso de Macron, que quer o voto da social-democracia para bloquear a extrema-direita mas que aprova com esta as medidas exigidas pelo capital; é o caso de Scholz e dos verdes alemães, comprometidos com a guerra sionista.

Em Portugal, a opção do PSD para a conquista da maioria é uma radicalização à direita assente na ação legislativa e policial para concorrer com o Chega na disputa do senso comum xenófobo. Ao mesmo tempo, Montenegro recusa alianças formais com Ventura para poder disputar ao PS eleitorado do centro. Tal como noutros países europeus, esta receita reforça a imposição da agenda política da extrema-direita - securitarismo e xenofobia anti-imigrante - e condena a prazo as formações políticas tradicionais. Este é portanto um governo fraco, sujeito ao risco de derrotas parlamentares e com uma equipa frágil para a sua missão maior: a privatização do SNS e da Segurança Social.

Neste cenário, também o PS se desloca para a direita. No Orçamento para 2025 procurou agradar às grandes empresas com a redução da taxa de IRC e evitar uma antecipação de eleições, assegurando a continuidade do PSD no governo até final de 2026; sobre imigração, o PS reproduz os equívocos da direita sobre os mecanismos de regularização de imigrantes (nomeadamente a manifestação de interesse) e valida os termos do discurso xenófobo, ao abdicar de uma resposta no terreno das necessidades sociais para aceitar a retórica dos “valores” e da “cultura”.

3. A ESQUERDA É UNIVERSALISTA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DA DEMOCRACIA

3.1. A democracia e os direitos humanos contra a disputa entre potências

Para dissociar a ideia socialista da sua caricatura soviética é necessário recusar qualquer nostalgia dos blocos da guerra fria. Recusamos o relativismo geopolítico que define uma “frente anti-imperialista” que inclui Estados ditatoriais e autoritários que desprezam a vontade do povo. Esse



relativismo conduz ao abandono pela esquerda de parte da herança que a identifica: o respeito pelo sufrágio universal, pelos direitos humanos e pelo direito dos povos à autodeterminação.

O Bloco sublinha hoje, como ontem, a exigência da saída de Portugal da NATO, uma organização belicista de caráter ofensivo. Combatemos a escalada militarista porque a paz e a segurança dos povos depende da derrota da necropolítica.

Com a mesma clareza, denunciámos a fraude eleitoral na Venezuela, o historial de repressão e tortura na Síria ou no Irão, bem como a invasão russa da Ucrânia. Avaliamos estes processos com os mesmos critérios que usamos perante as fraudes, abusos e intervenções militares patrocinadas pela potência hegemónica, os Estados Unidos da América, e as suas aliadas. China e Rússia participam na disputa imperialista do mundo e não configuram qualquer desafio a essa disputa, como fica demonstrado pela estabilidade das suas relações com Israel ou o seu alinhamento neoliberal em questões climáticas ou de comércio internacional.

3.2. A esquerda anticapitalista recusa a normalização europeia do neofascismo

A extrema-direita ambiciona a hegemonia na Europa e a eliminação da esquerda e dos movimentos populares. O calvário de derrotas das correntes social-democrata e verde não resulta apenas da governação social-liberal que protagonizaram. Essa governação veio acompanhada de graves cedências à retórica securitária e anti-imigração da direita radicalizada, que aliás continuam: os social-democratas estão de saída do governo alemão e os verdes foram arrasados nas eleições europeias. Ato contínuo, integraram-se na coligação da direita europeia, sob a presidência de Ursula Von der Leyen e vice-presidência de um neofascista. Na União Europeia, os socialistas são subscritores do Pacto das Migrações e os verdes europeus, dirigidos pelo partido alemão, ultrapassam os socialistas no delírio armamentista. Ao mesmo tempo que abastecem de armas o genocídio na Palestina, respondem ao discurso isolacionista de Trump com a visão de uma Europa-superpotência no lugar de “polícia do mundo”.

As longas divergências no Partido da Esquerda Europeia culminaram numa crise que separou os partidos comunistas (PC francês, espanhol, italiano) dos partidos de esquerda mais representativos (France Insoumise, Aliança Vermelha Verde da Dinamarca, Aliança de Esquerda da Finlândia, Bloco). A atitude perante a invasão da Ucrânia tornou a continuidade no mesmo partido europeu impossível para as forças que se opõem a todos os imperialismos e que têm agendas mobilizadoras nos seus respetivos países. A estes partidos de esquerda, juntaram-se o Partido de Esquerda sueco e o Podemos (Estado espanhol).

Neste quadro, o Bloco de Esquerda desvincula-se do Partido da Esquerda Europeia e integra-se como membro na Aliança da Esquerda Europeia - pelo Povo e pelo Planeta, organização que expressa um socialismo de futuro e parte da luta dos povos para enfrentar as políticas liberais, o neofascismo e a disputa imperialista.

3.3. A identidade de classe define uma maioria que junta todos os grupos discriminados

A restauração capitalista no Leste foi também uma restauração conservadora. Nas últimas décadas, as direitas radicalizadas do ocidente seguiram Putin no ataque à emancipação das mulheres e das pessoas LGBTQI+ e fizeram da acusação de wokismo a sua armadilha: a rejeição do “politicamente correto” pintou o discurso de ódio como um exercício de liberdade. Um certo



progressismo liberal há muito que caiu nessa armadilha, ao limitar-se à crítica e regulação de comportamentos individuais sem enfrentar a função disciplinar do racismo, do machismo, da homofobia e da transfobia na ordem social da exploração.

Um elemento relativamente novo e essencial do presente período é o espaço social conquistado em Portugal por um movimento antirracista amplo, com protagonistas próprios e bases territoriais, implantado na juventude negra e afrodescendente, sobretudo da capital e das suas periferias. Esse movimento não só intervém em múltiplas dimensões - da violência policial racista às condições de vida nos territórios excluídos do acesso a equipamentos e serviços; da memória emancipatória da luta contra o colonialismo até aos direitos das pessoas migrantes - como se tornou num elemento central da resistência popular à ameaça neofascista.

A esquerda representa o conjunto da classe trabalhadora e não abandona nenhuma luta contra a opressão capitalista e os seus instrumentos de dominação. Em resposta à vaga conservadora contra os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQI+, bem como à xenofobia e ao racismo que criminaliza a pobreza e as periferias urbanas, em particular as pessoas racializadas e migrantes, insistimos na constituição do bloco social dos explorados, pelos direitos sociais sem discriminações.

4. POLÍTICA ANTI-CAPITALISTA PARA UMA TRANSIÇÃO AMBIENTAL E CONQUISTA DE DIREITOS SOCIAIS

4.1. Um governo de transição justa, ecológica e social

Nos anos 2015-2019, o Bloco conseguiu, mesmo com uma relação de forças desfavorável, impor a reposição de rendimentos e direitos desfalcados pela direita. Nos anos 2019-2022, bastou ao PS um relativo reforço eleitoral para que António Costa rejeitasse qualquer reforma relevante. Sob a maioria absoluta, o PS empenhou-se em degradar os serviços públicos e em recusar as reivindicações que os reconstruíam. Essa falência política, associada à multiplicação da permeabilidade às pressões de interesses privados, potenciou a extrema-direita.

O Bloco é portador de um programa de transformação social, é uma oposição ligada às lutas e cria políticas de convergência para enfrentar a viragem à direita e a influência do neofascismo. Para vencer a direita radicalizada é necessário reconfigurar a esquerda a partir das necessidades sociais e de um projeto de vida boa para todas as pessoas.

O Bloco bate-se por um governo de transição justa, ecológica e social. Esse programa é o planeamento ecológico com a recusa do extrativismo e a recuperação dos bens comuns privatizados - na energia e na água, nos transportes e comunicações. Implica uma revolução fiscal para tributar a riqueza e políticas de habitação intransigentes com os interesses especulativos, a redução do tempo de trabalho, o acesso à cultura e o aumento de salários e pensões. Uma transição socialmente justa define políticas de respeito pelas pessoas com deficiência e pelas gerações mais velhas, com políticas de rendimentos e de cuidados que potenciem a qualidade de vida.

Este projeto inclui o aprofundamento e a democratização das autonomias regionais e o processo de regionalização administrativa do território continental.



4.2. O ciclo eleitoral

Nas eleições autárquicas, o Bloco promoverá o desenvolvimento equilibrado dos territórios e o combate à discriminação do interior. O Bloco lançará projetos transformadores à esquerda, alternativos às governações municipais do PS e do PSD ou de outros partidos que favoreçam interesses imobiliários ou turísticos em detrimento das populações. No centro do nosso combate estarão o direito à habitação, o acesso a serviços públicos, a utilização sustentável da água e a transição climática. Partindo destas bases, as concelhias do Bloco de Esquerda avaliarão as condições para proporem à Mesa Nacional candidaturas próprias ou acordos pré-eleitorais de coligação. Neste contexto, iniciaram-se diversos diálogos a nível concelhio, nomeadamente com o Livre.

O Bloco contribuirá para a clareza de um programa que permita uma candidatura alargada, capaz de terminar a política de Carlos Moedas em Lisboa. Esta possibilidade deve representar mais que uma mera soma de partidos. A avaliação da sua viabilidade subordina-se aos critérios acima enunciados, na certeza de que um programa que não resolva as questões urgentes será uma lista derrotada. Na impossibilidade dessa convergência, assumirá a responsabilidade de dar expressão a uma candidatura consistente.

Nas eleições presidenciais, o Bloco está disponível para contribuir para uma candidatura de convergência democrática contra a subversão liberal dos direitos constitucionais e de luta pela paz. Reafirmamos a necessidade de uma voz que combata as novas e velhas oligarquias e a direita autoritária da nossa terra.

O Bloco prepara-se para um cenário de eleições antecipadas com a mesma firmeza com que disputou as mais recentes eleições: para eleger deputadas e deputados que reforcem a luta popular e sejam pilares de resistência contra a extrema-direita.

4.3. Confronto ideológico, formação e debate programático

O Bloco assume a disputa das ideias e das políticas socialistas de futuro. Tal como desenvolveu nas conclusões do debate na Conferência Nacional de novembro de 2024, no terrenos ideológico, da formação e da atualização da proposta programática, o Bloco afirma-se como uma esquerda aberta e de combate que disputa as novas gerações às distopias regressivas do conservadorismo e ao conformismo da alternância.

4.4. Convergência na luta

Em cada dez pessoas nascidas em Portugal, entre os 15 e os 40 anos, três vivem hoje no estrangeiro. O Bloco representa a voz de todas as gerações afetadas pela precariedade social. Assim, o sujeito político da luta socialista são os e as trabalhadoras que combatem a sua exploração e opressão. Fazemos da igualdade uma energia social. Juntamos forças para os grandes combates da atual fase política: construir unidade popular contra as políticas liberais e proteger os bens comuns, garantir um salário e casa para viver, recusar o racismo e estabelecer na diversidade dessa luta uma identidade, que é o socialismo. Enfrentamos desse modo a ofensiva conservadora e a voragem das direitas liberal e neofascista.



O Bloco assume o objetivo de unificar o campo do trabalho contra a divisão xenófoba. Essa unificação, ainda embrionária nas mobilizações, só pode ser cumprida em torno de um programa de ruptura com a política liberal. O Bloco empenha-se na ampliação e na multiplicação das experiências de mobilização em curso.

O Bloco participa e apoia as lutas de trabalhadores e as experiências que renovam a resistência sindical, na luta pelo emprego, pelo salário, pela redução do tempo de trabalho. Valoriza as mobilizações feministas e LGBTQI+, que são uma linha essencial de resistência à agressividade do capitalismo absoluto.

Na construção de todos estes movimentos, o Bloco de Esquerda procura a mais ampla unidade possível e rejeita o sectarismo que tolhe o debate democrático nas organizações de trabalhadores e que diminui a sua capacidade de luta.

SUBSCRITORES

| | | |
|-----------------------------|----------------------------|-------|
| Mariana Mortágua | Lisboa | 6687 |
| Abílio Cerqueira | Viana do Castelo | 16457 |
| Abílio Urbano | Setúbal | 4932 |
| Ackssana Silva | Lisboa | 13178 |
| Ada Pereira da Silva | Porto | 9785 |
| Adelaide Oliveira | Porto | 4854 |
| Adelaide Teixeira | Porto | 15996 |
| Adriana Lopera | Lisboa | 2447 |
| Adriana Temporão | Viana do Castelo | 15379 |
| Adriano Campos | Porto | 3120 |
| Afonso Moreira | Lisboa | 10022 |
| Agata Marques Fino | Aveiro | 11025 |
| Agostinho Parrula | Setúbal | 830 |
| Aida Silva | Porto | 10897 |
| Aires Ventura | Coimbra | 4404 |
| Albano Rodrigues | Porto | 12403 |
| Alberto Matos | Beja | 1542 |
| Alberto Pestana | Região Autónoma da Madeira | 17234 |
| Albino Rodrigues | Coimbra | 9979 |
| Alda Sousa | Porto | 654 |
| Alexandra Ferreira | Aveiro | 17347 |
| Alexandra Teixeira | Porto | 13816 |
| Alexandre Abreu | Lisboa | 9505 |
| Alexandre Coutinho | Beja | 13627 |
| Alexandre de Sousa Carvalho | Coimbra | 16382 |
| Alfeu Frade | Aveiro | 15940 |
| Alice Tristany | Faro | 3911 |
| Aliyah Bhikha | Lisboa | 15475 |



| | | |
|--------------------------|------------------|-------|
| Almerinda Bento | Setúbal | 529 |
| Álvaro Arranja | Setúbal | 569 |
| Amarilis Felizes | Porto | 9877 |
| Ana Alves | Santarém | 16374 |
| Ana Campos | Lisboa | 650 |
| Ana Cansado | Lisboa | 1166 |
| Ana Carolina Gomes | Coimbra | 12011 |
| Ana Castro | Porto | 12028 |
| Ana Castro | Aveiro | 18042 |
| Ana Catarina Alexandre | Porto | 16433 |
| Ana Catarina Silva | Lisboa | 15035 |
| Ana Costa | Santare | 12176 |
| Ana Durães | Lisboa | 15525 |
| Ana Eleutério | Santarém | 13293 |
| Ana Feijão | Lisboa | 5271 |
| Ana Ferreira | Beja | 8313 |
| Ana Filipe | Santarém | 3700 |
| Ana Gomes | Europa | 15365 |
| Ana Goncalves | Europa | 5602 |
| Ana Isabel Gouveia Silva | Porto | 13601 |
| Ana Letícia Lopes Vieira | Braga | 18025 |
| Ana Lopes | Porto | 17772 |
| Ana Loureiro | Beja | 8792 |
| Ana Luzia Cruz | Aveiro | 9084 |
| Ana Maria Silva | Porto | 5612 |
| Ana Paula Sela | Setúbal | 15727 |
| Ana Rosa | Lisboa | 13642 |
| Ana Santos | Setúbal | 12901 |
| Ana Sousa | Porto | 16463 |
| Ana Teixeira | Viseu | 16510 |
| Ana Teresa Sebastião | Lisboa | 15710 |
| Ana Vasquez | Porto | 16768 |
| Ana Vieira | Setubal | 13658 |
| Anabela Bento | Setúbal | 13351 |
| Anabela Pires | Aveiro | 13375 |
| André Francisquinho | Setúbal | 14806 |
| André Julião | Lisboa | 10632 |
| André Ramalhais | Leiria | 17173 |
| Andrea Peniche | Porto | 193 |
| Andreia Galvão | Lisboa | 14989 |
| Andreia Gonçalves | Braga | 17331 |
| Andreia Leite | Aveiro | 12838 |
| Andreia Pinho | Aveiro | 9724 |
| Andreia Sousa | Porto | 6737 |
| Ann-Sophie Dentinho | Setubal | 17199 |
| Antero Fraga | Açores | 16964 |
| António Amaro | Viseu | 979 |
| António Costa | Viana do Castelo | 17239 |
| António Cruz | Aveiro | 9083 |
| Antonio Ferrão | Setúbal | 16417 |
| António Ferreira | Setúbal | 12351 |



| | | |
|-------------------------------|----------|-------|
| António Figueiredo | Lisboa | 7302 |
| António Fortaleza | Setúbal | 223 |
| António Gomes | Santarém | 1353 |
| António Jorge Sequeiros | Porto | 952 |
| António Lima | Açores | 9362 |
| António Manuel Alves da Silva | Porto | 13579 |
| António Marinho | Porto | 341 |
| Antonio Martins | Porto | 2572 |
| António Monteiro | Aveiro | 12586 |
| António Oliveira | Setúbal | 6573 |
| António Rocha | Setúbal | 1085 |
| António Rodrigues | Coimbra | 9427 |
| António Santos | Setúbal | 8517 |
| António Sérgio Luís | Faro | 15931 |
| António Soares | Porto | 14931 |
| António Teixeira | Porto | 326 |
| António Teixeira | Setúbal | 1390 |
| Armandina Afonseca | Porto | 14089 |
| Arnado Sarroeira | Leiria | 269 |
| Artur Duarte | Faro | 14114 |
| Augusto Taveira | Faro | 935 |
| Aurora Ribeiro | Açores | 15403 |
| Avelina Ferreira | Açores | 12308 |
| Bárbara Bica | Setúbal | 10722 |
| Bárbara Góis | Lisboa | 16864 |
| Barbara Ledo Maia | Porto | 350 |
| Bárbara Ranito | Coimbra | 17119 |
| Bárbara Santos | Porto | 13775 |
| Bárbara Xavier | Guarda | 14775 |
| Beatriz Jorge | Porto | 17589 |
| Beatriz Pedroso | Lisboa | 14261 |
| Beatriz Pinto | Setúbal | 17769 |
| Beatriz Pontes | Porto | 16192 |
| Beatriz Realinho | Guarda | 16344 |
| Belmira Ferreira | Aveiro | 4559 |
| Benjamim Sousa Vilela | Porto | 8259 |
| Bernardino Guia | Faro | 2383 |
| Berta Alves | Lisboa | 666 |
| Berta Faria | Porto | 15782 |
| Bruno Cabral | Lisboa | 297 |
| Bruno Carrapa | Porto | 11067 |
| Bruno Góis | Santarém | 4521 |
| Bruno Maia | Braga | 2774 |
| Bruno Martins | Évora | 4645 |
| Bruno Parente | Porto | 15168 |
| Bruno Pereira | Setúbal | 2402 |
| Camila Geirinhas | Lisboa | 16407 |
| Carina Quintal | Madeira | 4924 |
| Carla Barroso | Lisboa | 17627 |
| Carla Elisabete Vilela | Porto | 5692 |
| Carla Pimenta | Braga | 18004 |



| | | |
|--------------------------|------------------|-------|
| Carla Quintas | Porto | 14139 |
| Carlos Batista | Setúbal | 16847 |
| Carlos Borges Sousa | Lisboa | 3943 |
| Carlos Couto | Viseu | 3141 |
| Carlos Faria | Madeira | 3577 |
| Carlos Fialho | Setúbal | 5001 |
| Carlos Freitas | Braga | 13464 |
| Carlos Gonçalves | Lisboa | 9661 |
| Carlos Guinote | Setúbal | 575 |
| Carlos Honório | Coimbra | 10430 |
| Carlos Lázaro | Setúbal | 533 |
| Carlos Liberal | Aveiro | 8699 |
| Carlos Luís Ramalhão | Porto | 17585 |
| Carlos Manaia | Aveiro | 17052 |
| Carlos Marques | Setubal | 14281 |
| Carlos Motaco | Castelo Branco | 13729 |
| Carlos Oliveira | Setúbal | 9199 |
| Carlos Pereira | Castelo Branco | 16365 |
| Carlos Rodrigues | Viseu | 121 |
| Carlos romeiras | Setubal | 14367 |
| Carlos Santos | Lisboa | 236 |
| Carlos Silva | Aveiro | 5605 |
| Carlos Ubaldo | Leiria | 16483 |
| Carlos Veiros | Aveiro | 698 |
| Carmen Mafra | Setúbal | 7549 |
| Carmen Trindade | Lisboa | 11716 |
| Carolina Alberto | Setúbal | 16315 |
| Carolina Amaral | Aveiro | 16761 |
| Carolina Monteiro | Lisboa | 17921 |
| Carolina Serrão | Lisboa | 16100 |
| Casimiro Oliveira | Porto | 9999 |
| Catarina Ferreira | Viana do Castelo | 18050 |
| Catarina Laranjo | Lisboa | 17259 |
| Catarina Martins | Porto | 8425 |
| Catarina Oliveira | Lisboa | 6764 |
| Catarina Ramalho | Lisboa | 14218 |
| Catarina Ribães | Aveiro | 17729 |
| Catarina Santos | Lisboa | 15743 |
| Catarina Sofia Rodrigues | Lisboa | 15409 |
| Catarina Taborda | Castelo Branco | 15884 |
| Catarina Vieira | Viseu | 306 |
| Catarina Vitorino | Coimbra | 17504 |
| Cátia Domingues | Lisboa | 16084 |
| Cátia Nóvoa | Porto | 4862 |
| Cátia Silva | Lisboa | 17417 |
| Cecília Honório | Lisboa | 446 |
| Cecília Macau | Setúbal | 10585 |
| Célia Cavalheiro | Leiria | 13394 |
| Célia Marques | Setúbal | 16848 |
| Célia Riço | Lisboa | 16639 |



| | | |
|------------------------|------------------|-------|
| Célia Rodrigues | Viseu | 14317 |
| Célia Santos | Faro | 8644 |
| Celme Tavares | Aveiro | 6666 |
| Celso Lima de Araujo | Lisboa | 10113 |
| Céu Fazenda | Lisboa | 434 |
| Chaima | Braga | 17305 |
| Clara Ferreira | Aveiro | 11261 |
| Clara Sandra Borges | Lisboa | 16858 |
| Cláudia Afonso | Aveiro | 14354 |
| Cláudia Braga | Porto | 13165 |
| Claudia Oliveira | Lisboa | 304 |
| Cristina Borges Guedes | Castelo Branco | 7962 |
| Cristina Matos | Coimbra | 14135 |
| Cristina Pereira | Setubal | 1081 |
| Crowley de Lima | Braga | 17950 |
| Cyntia de Paula | Lisboa | 14548 |
| Daniel Bernardino | Setubal | 5151 |
| Daniel Borges | Lisboa | 16022 |
| Daniel Carapau | Lisboa | 2311 |
| Daniel Morais | Viseu | 15238 |
| Daniel Silva | Aveiro | 10838 |
| Daniela Silveira | Faro | 16011 |
| Daniela Sousa | Coimbra | 14437 |
| Daniela Vespeira | Setúbal | 14685 |
| David Argel | Beja | 1424 |
| David Berrueco | Faro | 10617 |
| David Ferreira | Lisboa | 14221 |
| David Ribeiro | Viseu | 17814 |
| David Santos | Viseu | 11750 |
| David Silva | Setúbal | 12398 |
| Davide Santos | Lisboa | 16881 |
| Denise Miranda | Porto | 16156 |
| Deolinda Romba | Setúbal | 3229 |
| Diana Santos | Lisboa | 16850 |
| Dina Letra | Madeira | 3588 |
| Dina Nunes | Lisboa | 692 |
| Dina Sá | Santarém | 13790 |
| Diogo Barbosa | Aveiro | 5265 |
| Diogo Barros | Braga | 15007 |
| Diogo Duarte Silva | Coimbra | 17066 |
| Diogo Gomes | Santarém | 15917 |
| Diogo Mira | Setúbal | 15586 |
| Diogo Pedro | Setúbal | 10398 |
| Diogo Teixeira | RAM | 16839 |
| Doris Peleira | Faro | 12957 |
| Duarte Cavalinhos | Setúbal | 821 |
| Duarte Ferreira | Lisboa | 16894 |
| Duarte Igreja | Lisboa | 15455 |
| Duarte Santos | Porto | 16575 |
| Edite Costa | Viana do Castelo | 14438 |



| | | |
|------------------------------|----------------|-------|
| Eduardo Couto | Aveiro | 13387 |
| Eduardo Figueiredo | Coimbra | 16679 |
| Eduardo Marques | Viseu | 6446 |
| Eduardo Rocha | Setúbal | 277 |
| Elisabete Carvalho | Porto | 12396 |
| Elisabete Frade | Viseu | 11546 |
| Elísio Silva | Aveiro | 1711 |
| Elsa Pereira | Setúbal | 15753 |
| Elsa Santos | Coimbra | 5398 |
| Ernesto Costa | Coimbra | 2821 |
| Esmeralda Susana | Aveiro | 17510 |
| Eulália Bendito. | Açores | 386 |
| Eva Braga | Aveiro | 105 |
| Fabian Figueiredo | Lisboa | 5232 |
| Fabíola Cardoso | Castelo Branco | 1324 |
| Fátima Barata | Setúbal | 754 |
| Fátima Gomes | Braga | 15786 |
| Fátima Teixeira | Beja | 13626 |
| Fernanda Lopes | Aveiro | 15312 |
| Fernanda Salgado | Porto | 12333 |
| Fernando João Faria | Lisboa | 1448 |
| Fernando Oliveira | Faro | 4352 |
| Fernando Pinho | Setúbal | 842 |
| Fernando Rosas | Setúbal | 657 |
| Fernando Sequeira | Setúbal | 1077 |
| Ferreira dos Santos | Porto | 646 |
| Filipa Alexandre | Porto | 15170 |
| Filipa Gonçalves | Lisboa | 3541 |
| Filipa Vieira | Aveiro | 13022 |
| Filipe Mestre | Setúbal | 11811 |
| Filipe Nicolau | Lisboa | 17070 |
| Filomena Silveira | Açores | 14178 |
| Florbelá Jesus | Aveiro | 16392 |
| Florentino Silva | Porto | 14424 |
| Francisca Sousa | Braga | 17292 |
| Francisco Alves Ramos | Setúbal | 1107 |
| Francisco Caetano | Lisboa | 16071 |
| Francisco Cordeiro | Santarém | 7658 |
| Francisco Louçã | Lisboa | 1684 |
| Francisco Matos | Leiria | 10621 |
| Francisco Moraes | Setúbal | 9122 |
| Francisco Soares de Oliveira | Coimbra | 3987 |
| Frederico de Moura Portugal | Leiria | 15059 |
| Gil Ferreira | Leiria | 17796 |
| Gilda Correia | Setúbal | 16846 |
| Gina Mateus | Beja | 8781 |
| Gisela Martins | Coimbra | 8593 |
| Gonçalo Braga | Lisboa | 10728 |
| Gonçalo Carrilho | Lisboa | 12578 |



| | | |
|--------------------|----------------|-------|
| Gonçalo Ferreira | Porto | 8568 |
| Gonçalo Filipe | Lisboa | 15601 |
| Gonçalo Pessa | Leiria | 8545 |
| Guilherme Araújo | Porto | 17856 |
| Guilherme Canelas | Setúbal | 13349 |
| Guilherme Nogueira | Coimbra | 17360 |
| Gustavo Behr | Lisboa | 4574 |
| Gustavo Mourinho | Coimbra | 16962 |
| Helena Loureiro | Coimbra | 9426 |
| Helena Martins | Porto | 13600 |
| Helena Oliveira | Aveiro | 4557 |
| Helena Órfão | Braga | 924 |
| Helena Pinto | Santarém | 659 |
| Helga Calçada | Porto | 12776 |
| Hernâni Carmo | Lisboa | 12344 |
| Higino Vasconcelos | Madeira | 17035 |
| Hugo Evangelista | Lisboa | 3424 |
| Hugo Meireles | Aveiro | 2859 |
| Hugo Monteiro | Porto | 10717 |
| Hugo Nunes | Aveiro | 7344 |
| Hugo Queirós | Braga | 17517 |
| Hugo Sampaio | Braga | 10470 |
| Hugo Seixas | Aveiro | 12358 |
| Iara Sobral | Lisboa | 15150 |
| Igor Cardoso | Porto | 16155 |
| Igor Constantino | Lisboa | 16857 |
| Inês Amaro | Lisboa | 16784 |
| Inês Antunes | Castelo Branco | 16125 |
| Inês Carreira | Lisboa | 15447 |
| Inês Coelho | Viseu | 16702 |
| Inês Colaço | Lisboa | 14219 |
| Inês Oliveira | Porto | 6182 |
| Inês Pintassilgo | Lisboa | 11034 |
| Inês Rasquinho | Lisboa | 16400 |
| Ines Sena | Lisboa | 15340 |
| Inês Tavares | Lisboa | 9721 |
| Iracema Maia | Lisboa | 15522 |
| Irene Rodrigues | LEIRIA | 14758 |
| Íris Sá | Aveiro | 17352 |
| Isabel Cruz | Setúbal | 17670 |
| Isabel Pereira | Setúbal | 1197 |
| Isabel Pires | Porto | 6734 |
| Ivo Conceição | Faro | 13621 |
| Ivo Santos | Leiria | 15339 |
| Jaime Mestre | Setubal | 831 |
| Jaime Pinho | Setúbal | 671 |
| Janet Ferreira | Aveiro | 14107 |
| Jefferson Oliveira | Setúbal | 10814 |
| Jessica Pacheco | Açores | 16394 |



| | | |
|-----------------------|----------------|-------|
| Jéssica Vassalo | Santarém | 15053 |
| Joana Bettencourt | Açores | 15405 |
| Joana Ideias | Setúbal | 15508 |
| Joana Leite | Porto | 14920 |
| Joana Micaelo | Évora | 16700 |
| Joana Mortágua | Setúbal | 3772 |
| Joana Neiva | Braga | 16734 |
| Joana Pina | Porto | 17147 |
| Joana Pires Teixeira | Lisboa | 14204 |
| Joana Rocha | Lisboa | 15609 |
| Joana Tavares | Lisboa | 15557 |
| João Afonso | Setúbal | 519 |
| João Alves | Setúbal | 828 |
| João Amoreira | Castelo Branco | 13727 |
| João Arnaldo Costeira | Faro / Algarve | 16814 |
| João Beles | Setúbal | 1592 |
| João Bernardo Narciso | Porto | 15089 |
| João Campos | Aveiro | 6004 |
| João Canudo | Setubal | 15097 |
| João Carvalho | Setúbal | 16500 |
| João Cercas | Setúbal | 14903 |
| João Chalas Carvão | Setúbal | 1385 |
| Joao Coelho | Setubal | 17824 |
| João Curvêlo | Lisboa | 5267 |
| João David Almeida | Lisboa | 12534 |
| João do Vale | Porto | 6877 |
| João Ferreira | Braga | 919 |
| João Filipe Conceição | Setúbal | 14274 |
| João Fonseca Cordeiro | Porto | 5622 |
| João Gomes | Coimbra | 17498 |
| João Gouveia | Setúbal | 14904 |
| João Jacinto | Santarém | 6259 |
| João Mendes | Coimbra | 16098 |
| João Mineiro | Lisboa | 3665 |
| João Pinheiro | Évora | 17554 |
| João Rodrigues | Lisboa | 13258 |
| João Santo | Coimbra | 1456 |
| João Sebastião | Lisboa | 15547 |
| João Teixeira Duarte | Porto | 17788 |
| João Teixeira Lopes | Porto | 2168 |
| Joaquim Calado | Lisboa | 11035 |
| Joaquim Raminhos | Setúbal | 559 |
| Joaquina Lourenço | Faro | 9138 |
| Joaquina Mendes | Braga | 16666 |
| Joel Oliveira | Porto | 1238 |
| Jorge Costa | Lisboa | 635 |
| Jorge Magalhães | Porto | 4458 |
| Jorge Martins | Setúbal | 2957 |
| Jorge Paiva | Porto | 7182 |
| Jorge Pinto | Setúbal | 11452 |
| Jorge Ramos | Faro | 8646 |



| | | |
|---|----------------|-------|
| Jorge Santos | Porto | 10796 |
| Jorge Silva | Setubal | 4147 |
| Jorge Sousa | Porto | 1239 |
| Jorge Tabuada | Lisboa | 16880 |
| José Dias | Braga | 5727 |
| José Abrantes | Setúbal | 16873 |
| José Arteiro | Braga | 15352 |
| José Bento | Setúbal | 12076 |
| José Carreira | Santarem | 2758 |
| José Castro | Porto | 333 |
| José Figueira | Funchal- | 13014 |
| José Figueiredo | Braga | 10823 |
| José Fonseca | Porto | 2182 |
| José Freire | Setubal | 14445 |
| José Gonçalves | Lisboa | 620 |
| José Gusmão | Faro | 3283 |
| José Jesus | Aveiro | 8112 |
| José João Lucas | Coimbra | 4880 |
| José Joaquim Ferreira dos Santos | Porto | 646 |
| José Luis Vieira Cardeira | Leiria | 413 |
| José Manuel Borges Martins | Detúbal | 220 |
| José Manuel Pureza | Coimbra | 406 |
| José Maria Cardoso | Braga | 1308 |
| José Miranda | Porto | 5076 |
| José Moreira | Faro | 6643 |
| Jose Moura | Portalegre | 1867 |
| José Palhares Falcão | Lisboa | 653 |
| José Panóias | Setúbal | 1188 |
| José Pedras | Braga | 10774 |
| José Pedro Oliveira | Beja | 8293 |
| José Pinto | Évora | 10813 |
| José Pinto | Braga | 915 |
| José Pinto | Aveiro | 4176 |
| José Pires | Castelo Branco | 10361 |
| José Raposo | Lisboa | 16081 |
| José Rebelo | Lisboa | 16174 |
| José Ricardo | Porto | 15141 |
| José Rocha | Setubal | 4994 |
| José Silva | Porto | 14327 |
| José Soeiro | Porto | 948 |
| José Vasconcelos | Viseu | 3304 |
| Josué da Silva Cavalheiro | Leiria | 14624 |
| Júlia Correia | Coimbra | 4770 |
| Júlia Pereira | Santarém | 8834 |
| Julietta da Assunção Espírito Santo Rocha | Setúbal | 1191 |
| Karim Quintino | Setúbal | 11774 |
| Karina Gonçalves | Setúbal | 17150 |
| Lara Sequeira | Setúbal | 16342 |
| Leandro Pais | Setubal | 17202 |
| Leila Pinheiro | Açores | 16132 |
| Leonor Amado | Lisboa | 16896 |



| | | |
|-----------------------------|------------------|-------|
| Leonor Costa | Porto | 17809 |
| Leonor Monteiro | Porto | 16769 |
| Leonor Rosas | Lisboa | 13980 |
| Lídia Costa | Porto | 1245 |
| Liliane Ribeiro | Aveiro | 16287 |
| Lina Oliveira | Leiria | 15860 |
| Lou Loução | Lisboa | 13974 |
| Lucas Gonçalves | Leiria | 17205 |
| Lúcia Arruda | Açores | 3863 |
| Lúcia Pereira da Cunha | Lisboa | 13763 |
| Luís Borges | Açores | 15789 |
| Luís Branco | Lisboa | 239 |
| Luís Carocha | Lisboa | 15143 |
| Luis Costa | Lisboa | 8295 |
| Luís Fazenda | Lisboa | 1685 |
| Luís Filipe Pereira | Setúbal | 543 |
| Luís Grilo | Aveiro | 11860 |
| Luís Henrique Santos | Lisboa | 14190 |
| Luis Leiria | Lisboa | 993 |
| Luís Miguel Sandão | Porto | 17877 |
| Luís Monteiro | Porto | 6793 |
| Luís Salgado | Lisboa | 9790 |
| Luisa Maria Marcelino Bento | Castelo Branco | 16525 |
| Luisa Teixeira | Setúbal | 750 |
| Luiz Pessoa | Loulé | 13361 |
| Madalena Guerreiro | Setúbal | 17830 |
| Mafalda Brilhante | Lisboa | 14847 |
| Mafalda Félix | Setúbal | 2863 |
| Mafalda Guimarães | Lisboa | 17300 |
| Manuel Afonso | Lisboa | 16856 |
| Manuel Arsénio | Évora | 18013 |
| Manuel Braga | Setubal | 3243 |
| Manuel Canudo | Évora | 16931 |
| Manuel Coelho | Viseu | 11659 |
| Manuel Jorge Pires | Porto | 13338 |
| Manuel Pereira | Braga | 16543 |
| Manuel Perfeito Silva | Porto | 317 |
| Manuel Rocha | Aveiro | 6815 |
| Manuel Sabino | Setúbal | 586 |
| Manuela Antunes | Viseu | 12215 |
| Marcelo Leitão | Coimbra | 11925 |
| Marco Aboim | Lisboa | 16740 |
| Marco Andrade | Açores | 6468 |
| Marco Floro | Faro | 3444 |
| Marco Marques | Lisboa | 5160 |
| Marco Mendonça | Porto | 122 |
| Marco Pereira | Faro | 9360 |
| Margarida Lopes | Setubal | 16347 |
| Margarida Melo | Viana do Castelo | 16347 |
| Margarida Ribeiro | Porto | 373 |
| Margarida Vilela | Porto | 5961 |



| | | |
|----------------------------------|---------|-------|
| Maria Assunção Bacanhim da Silva | Madeira | 3563 |
| Maria Bogas | Setúbal | 1190 |
| Maria Carolina Gonçalves | Braga | 17174 |
| Maria Costa | Faro | 14673 |
| Maria da Conceição Gomes | Aveiro | 4742 |
| Maria Daniela Lebre | Aveiro | 17759 |
| Maria Deolinda Martin | Lisboa | 3942 |
| Maria Dias | Faro | 10391 |
| Maria do Carmo Marques | Porto | 3655 |
| Maria Elisabete Correia | Setúbal | 14278 |
| Maria Escaja | Lisboa | 14637 |
| Maria Estela Rodrigues | Porto | 595 |
| Maria Estrela Almeida | Viseu | 3740 |
| Maria Fernanda Teixeira | Porto | 1239 |
| Maria Graça Pestana | Lisboa | 10290 |
| Maria Helena Figueiredo | Évora | 10812 |
| Maria Helena Nunes | Setúbal | 1193 |
| Maria Isabel Pinto Ventura | Lisboa | 7705 |
| Maria Isabel Vieira | Setubal | 1391 |
| Maria João Café | Coimbra | 17508 |
| MARIA JOAO MACEDO | Porto | 4265 |
| Maria José Ganhão | Setúbal | 2222 |
| Maria Leonor Figueiredo | Porto | 7573 |
| Maria Luísa Cabral | Lisboa | 9516 |
| Maria Madalena Rocha | Setúbal | 17521 |
| Maria Manuel Rola | Porto | 9880 |
| Maria Manuela Pereira | Leiria | 8203 |
| Maria Monteiro | MADEIRA | 14508 |
| Maria Mota | Porto | 14446 |
| Maria Pedro | Setúbal | 4997 |
| Maria Pestana | R.A. M | 17233 |
| Maria Rafael | Faro | 12956 |
| Maria Rodrigues | Coimbra | 1155 |
| Maria Rosa Dias | Faro | 10391 |
| Maria Santos | Faro | 10577 |
| Maria Santos | Setúbal | 4986 |
| Maria Serra Valente | Lisboa | 16658 |
| Maria Silva | Porto | 5533 |
| Maria Silva | Viseu | 15280 |
| Maria Silveira | Açores | 443 |
| Maria Teixeira | Porto | 16739 |
| Maria Teresa Rodrigues | Lisboa | 2025 |
| Maria Teresa Vieira Pinho | Aveiro | 11668 |
| Maria Veríssimo | Lisboa | 17967 |
| Mariana Aiveca | Setubal | 241 |
| Mariana Garrido | Coimbra | 12097 |
| Mariana Guerreiro | Setúbal | 17812 |
| Mariana Rodrigues | Coimbra | 10057 |
| Marilú Santana | Faro | 12110 |
| Marina Romana | Porto | 13017 |
| Mário André Macedo | Setúbal | 15111 |



| | | |
|--------------------------|----------------------------|-------|
| Mário Durval | Setúbal | 583 |
| Mário Moutinho | Porto | 11159 |
| Mário Silva | Porto | 15995 |
| Marisa Matias | Coimbra | 3764 |
| Marta Pereira | Setúbal | 1195 |
| Mary Rosas | Aveiro | 10636 |
| Matilde Porto | Setúbal | 15642 |
| Matilde Tavares | Leiria | 17793 |
| Michel Binet | Setúbal | 16892 |
| Miguel Cardina | Coimbra | 7151 |
| Miguel Pinto | Lisboa | 448 |
| Miguel Rodrigues Cardoso | Viseu | 8662 |
| Moisés Ferreira | Aveiro | 2860 |
| Mónica Moura | Açores | 18059 |
| Mónica Pestana | Região Autónoma da Madeira | 17231 |
| Nadia Leal | Porto | 15981 |
| Natercia Coimbra | Coimbra | 644 |
| Nazaré Nóvoa | Porto | 5624 |
| Nelson Amaral | Açores | 4865 |
| Nelson Moutinho | Faro | 14785 |
| Nelson Peralta | Aveiro | 1664 |
| Nelson Silva | Porto | 14361 |
| Nilo Cabrera | Braga | 18027 |
| Norberta Grilo | Braga | 14911 |
| Nuno calça | Evora | 962 |
| Nuno Canha | Lisboa | 9675 |
| Nuno Ferreira | Coimbra | 7916 |
| Nuno Lourenço | Évora | 17594 |
| Nuno Machado | Leiria | 6886 |
| Nuno Pedrosa | Europa | 10488 |
| Nuno Vale | Braga | 16648 |
| Nuno Vaz Silva | França | 10867 |
| Olinda Costa | Lisboa | 17096 |
| Patrícia Coutinho | Viseu | 3142 |
| Paula Monteiro | Santarém | 15591 |
| Paula Nogueira | Braga | 2099 |
| Paula Sequeiros | Porto | 194 |
| Paula Serralha | Setúbal | 13470 |
| Paula Soares | Setúbal | 12865 |
| Paula Teixeira | Lisboa | 12438 |
| Paulo Aguiar | Porto | 17810 |
| Paulo Campos | Leiria | 17193 |
| Paulo Ferreira | Lisboa | 15660 |
| Paulo Guimarães | Porto | 16145 |
| Paulo Jorge Vieira | Lisboa | 1163 |
| Paulo Martins | Braga | 17386 |
| Paulo Nogueira Ramos | Coimbra | 16924 |
| Paulo Oliveira | Aveiro | 4833 |
| Paulo Pinto | Porto | 14538 |
| Paulo Pinto | Europa | 15662 |



| | | |
|------------------------------|----------------|-------|
| Paulo Sanona | Ponta delgada | 7870 |
| Paulo Silva | Porto | 11022 |
| Paulo Sousa | Madeira | 14523 |
| Pedro Amaral | Açores | 13254 |
| Pedro Cabrita | Coimbra | 17004 |
| Pedro Carreira | Porto | 9837 |
| Pedro Faria | Porto | 11624 |
| Pedro Ferreira | Évora | 17456 |
| Pedro Ferreira | Aveiro | 13688 |
| Pedro Filipe Soares | Porto | 2861 |
| Pedro Henrique Sousa | Lisboa | 12731 |
| Pedro Jorge | Coimbra | 16482 |
| Pedro Mesquita | Castelo Branco | 13405 |
| Pedro Miguel Tavares Martins | Setúbal | 2877 |
| Pedro Pisco | Lisboa | 7807 |
| Pedro Ramajal | Porto | 174 |
| Pedro Ramos | Lisboa | 3514 |
| Pedro Soares | Aveiro | 16293 |
| Pedro Varela | Lisboa | 16852 |
| Plínio Sena Pessoa | Castelo Branco | 16546 |
| Rafael Henriques | Leiria | 16152 |
| Rafael Medeiros | Lisboa | 15709 |
| Raquel Bagulho | Lisboa | 5059 |
| Raquel Lindner Costa | Lisboa | 15034 |
| Raquel Pereira | Açores | 11101 |
| Raul Almeida | Beja | 16420 |
| Raul Noetzold | Faro | 17997 |
| Raul Rasga | Évora | 16955 |
| Rebeca Moore | Setúbal | 16884 |
| Renato Manuel Soeiro | Porto | 2620 |
| Renato Santiago | Aveiro | 15537 |
| Ricardo Cerqueira | Braga | 9804 |
| Ricardo Duarte | Lisboa | 2516 |
| Ricardo Lafuente | Porto | 2011 |
| Ricardo Miguel | Setúbal | 17756 |
| Ricardo Moreira | Lisboa | 4622 |
| Ricardo Pereira | Setubal | 4322 |
| Ricardo Reyes | Setúbal | 14104 |
| Ricardo Soares | Faro | 11591 |
| Ricardo Vicente | Leiria | 6574 |
| Rita Calvário | Lisboa | 469 |
| Rita de Sá | Aveiro | 11283 |
| Rita Frias | Setubal | 16634 |
| Rita Gageiro | Leiria | 16523 |
| Rita Nova | Porto | 17353 |
| Rita Sarrico | Lisboa | 11369 |
| Roberto Almada | Madeira | 3579 |
| Rodrigo Azevedi | Braga | 17690 |
| Rodrigo Machado | Lisboa | 14947 |
| Rodrigo Silva | Bragança | 15093 |



| | | |
|--------------------------|----------------------------|-------|
| Romana Sousa | Lisboa | 13846 |
| Rosa Pereira | Lisboa | 6972 |
| Rosária Rego | Açores | 15300 |
| Rui Antunes | Braga | 8115 |
| Rui Beato | Castelo Branco | 14715 |
| Rui Borges | Lisboa | 17042 |
| Rui Correia | Setúbal | 13657 |
| Rui Gutschmidt | Aveiro | 13242 |
| Rui Moreira | Porto | 14414 |
| Rui Nóvoa | Porto | 159 |
| Rui Sá | Coimbra | 16381 |
| Rute Barbosa | Braga | 15252 |
| Samara Azevedo | Lisboa | 17071 |
| Sandra Antunes | Porto | 12869 |
| Sandra Cunha | Setúbal | 487 |
| Sandra da Costa | Faro | 13397 |
| Sandra Dias | Évora | 961 |
| Santiago Carrilho | Setúbal | 17565 |
| Santiago Lima | Santarém | 17050 |
| Sara Barbosa | Lisboa | 15899 |
| Sara F. Costa | Aveiro | 12095 |
| Sebastião dos Santos | Setúbal | 560 |
| Sedrick de Carvalho | Santarém | 13465 |
| Serafim Duarte | Coimbra | 1150 |
| Sérgio Pestana | Região Autónoma da Madeira | 17232 |
| Sérgio Rafael Vieira | Porto | 12189 |
| Sérgio Sousa | Porto | 9147 |
| Silvana Paulino | Setúbal | 8864 |
| Silvestre Pereira | Porto | 1262 |
| Silvia Guerreiro | Setúbal | 17813 |
| Silvia Tibo | Faro | 10703 |
| Sofia Calado | Lisboa | 17489 |
| Sofia Escudeiro | Aveiro | 15906 |
| Sofia Estriga | Lisboa | 16099 |
| Sofia Figueiredo | Setúbal | 14861 |
| Sofia Lopes | Setúbal | 15457 |
| Sofia Marques | Setúbal | 4995 |
| Sofia Rajado | Lisboa | 16854 |
| Sofia Roque | Lisboa | 3595 |
| Sofia Santos | Europa | 5342 |
| Sónia Pedro | Lisboa | 8215 |
| Sónia Pinto | Aveiro | 14992 |
| Sónia Reis | Castelo Branco | 13716 |
| Sonia Ribeiro | Braga | 10980 |
| Susana Barros | Lisboa | 17844 |
| Susana Constante Pereira | Porto | 10590 |
| Susana Mota Pinto | Porto | 13655 |
| Susana Vieira | Açores | 12396 |
| Tainah Monteiro | Setúbal | 15774 |
| Tainara Machado | Lisboa | 16653 |



| | | |
|-------------------|----------------|-------|
| Tânia Russo | Lisboa | 13263 |
| Tatiana Monteiro | Porto | 17562 |
| Telma Ferreira | Lisboa | 16652 |
| Telma Ferreira | Leiria | 4506 |
| Teresa Amorim | Braga | 14320 |
| Teresa Nascimento | Santarém | 11824 |
| Teresa Veiga | Setúbal | 11032 |
| Tiago Castelhana | Lisboa | 16853 |
| Tiago Ferreira | Viseu | 14514 |
| Tiago Gillot | Lisboa | 636 |
| Tiago Grosso | Faro | 8113 |
| Tiago Magalhães | Porto | 15700 |
| Tiago Paiva | Aveiro | 16068 |
| Tiago Rolino | Coimbra | 15639 |
| Tiago Sampaio | Lisboa | 16372 |
| Tiago Sequeira | Lisboa | 16328 |
| Tiago Silva | Braga | 17181 |
| Timóteo Macedo | Lisboa | 1104 |
| Tomás Fernandes | Setúbal | 15955 |
| Vanessa de Sousa | Setúbal | 10007 |
| Vasco Barata | Lisboa | 10218 |
| Vasco Diogo | Lisboa | 16613 |
| Vera Quirós | Lisboa | 10898 |
| Vera Veiga | Castelo Branco | 16260 |
| Verónica Lopes | Açores | 10839 |
| Vicente de Sá | Évora | 11681 |
| Vicente Ferreira | Lisboa | 13219 |
| Victor Salgueiro | SETÚBAL | 13451 |
| Vidal Marreiros | Faro | 3939 |
| Virgílio Matos | Porto | 15022 |
| Vítor Brilhante | Lisboa | 1105 |
| Vítor Cavalinhos | Setúbal | 526 |
| Vítor Correia | Lisboa | 3917 |
| Vítor Edmundo | Lisboa | 1073 |
| Vítor Ferreira | Évora | 18012 |
| Vítor Franco | Santarém | 1329 |
| Vítor Frango | Évora | 11680 |
| Vítor Lopes | Lisboa | 16676 |
| Vítor Parreira | Açores | 7434 |
| Vítor Pinheiro | Lisboa | 712 |
| Vítor Pires | Porto | 1263 |
| Vítor Rosa | Setúbal | 10748 |
| Vítor Sobral | Setúbal | 14808 |



Moção

S

Novo
Rumo



Queremos um novo rumo. No socialismo por que lutamos cabe toda a gente, com esperança e dignidade. Só assim fazem sentido ideias, propostas, políticas, palavras e ações. Lutar, falhar, errar, corrigir, porfiar. No Bloco de Esquerda, sempre.

ABRIR O DEBATE

Sem surpresa, os textos propostos pela maioria da atual direção não têm sinal de autocrítica: numa lamentação sobre tempos difíceis, insiste na indefinição política, com atomização entre várias lutas sectoriais, sem perspectiva revolucionária e socialista.

O Bloco de Esquerda (BE) envolve-se em movimentos sociais, considerando-os de importância igual à do movimento laboral. Na prática, a participação no movimento sindical tem estado muito aquém do necessário, ficando o campo aberto para estratégias sectárias do PCP. A estratégia para o movimento laboral e sindical está ausente dos textos e da prática da maioria da direção do BE.

A participação em movimentos está desligada de objetivos transformadores da sociedade. Em vez de se afirmar como força transformadora, antissistema e socialista, ou mais concretamente, ecossocialista, o Bloco vem assumindo um modelo de “movimento de movimentos” ou de “federação de ONG”, focado em direitos humanos e sociais, indistinto de organizações social-democratas como o PS e o Livre. A diluição ideológica arrisca fazer perder o capital de luta do BE associado à sua história, assim como a sua utilidade social.

Entendemos ser necessário um novo rumo para o BE. Na sequência do documento proposto na V Conferência Nacional (2024), decidimos apresentar esta moção.

Queremos um BE mais combativo, mais ligado às lutas, nomeadamente a laboral, com mais clareza nas políticas, maior participação e melhor democracia interna.

1. O ESTADO A QUE CHEGAMOS

Formado em 1999 a partir de organizações revolucionárias, o BE é reconhecido como um dos principais partidos da esquerda portuguesa, aquele que não hesita em defender a luta sindical, enquanto combate pelo progresso social e pelos direitos humanos.

Impulsionou leis como a que reprime a violência doméstica, a que permite a interrupção voluntária de gravidez, a despenalização do consumo de drogas ou a da morte assistida. Em década e meia, obteve cerca de 10% da votação nacional e a influência correspondente.

Em 2015, o BE foi determinante para retirar o país da austeridade, possibilitando a existência de um governo do PS que, por via da pressão que teve à esquerda, foi obrigado a devolver parte dos direitos e rendimentos retirados desde os últimos tempos dos governos de Sócrates. Os tempos de maior proximidade ao poder ampliaram a capacidade real de influenciar os acontecimentos, porém, acentuaram ilusões parlamentaristas.



A direção não entendeu os sinais, contraditórios, das eleições de 2019: estava iniciada uma espiral descendente. A orientação política principal continuou a ser um apelo à geringonça que estava morta, o que contribuiu para libertar políticas de direita do PS.

Os sucessivos escândalos e demissões criaram o cenário para o desastre eleitoral do PS. Nas eleições de 2022, havia a ilusão de que o BE recuperaria os votos “perdidos para o PS”, mas não só não os recuperou, como ficou com a imagem de “partido do sistema”.

O BE sofreu derrotas em todas as recentes eleições, aproximando-se da irrelevância política. Vive atualmente um momento crítico e o seu futuro depende das decisões a tomar nesta Convenção.

Um partido revolucionário tem de ser intransigentemente democrático, para fora e por dentro. O BE tem alguns mecanismos internos de funcionamento democrático, mas transformou-se num partido de funcionários, sujeitos à dependência económica e política de duas fações dominantes, que evitam que a discussão seja alargada ao conjunto dos aderentes.

Apesar destas dificuldades, mantemos uma base militante importante, tradição de luta e reconhecimento social. Porém, sem alterações importantes na prática política e no funcionamento interno, quer a base militante quer o reconhecimento social estão sujeitos a forte erosão.

2. O CAPITALISMO ATUAL

As classes sociais sofreram mutações nos últimos 150 anos, em articulação com a própria evolução do capitalismo. O proletariado diferenciou-se, penetrou em novas esferas da atividade produtiva, nomeadamente na área da reprodução social e dos serviços, atomizou-se em alguns dos seus segmentos, precarizou-se e organizou-se em plataformas. Apesar desta fragmentação, a classe trabalhadora constitui a larga maioria da população mundial, o que coloca novas exigências ao processo de organização da luta pelo socialismo, sem alterar o seu papel dirigente na luta social e política com vista a uma transformação radical da sociedade.

O processo de globalização capitalista vive adaptações resultantes da concorrência entre as principais potências económicas e militares do mundo. A pandemia introduziu um quadro um pouco diferente na organização das cadeias de produção e distribuição, e tornou mais complexo o sistema de abastecimento tradicional de algumas matérias-primas, de energia e de bens alimentares. Com a agudização da concorrência capitalista mundial algum protecionismo seletivo, criou-se um confronto económico entre os EUA e a UE e as novas potências, como a China, a Rússia, a Índia e outras de menor dimensão. A China saiu do seu modelo de grande fábrica de mão-de-obra barata e de fornecedor de produtos de baixa qualidade, para se tornar num país de grande desenvolvimento tecnológico, com acumulação capitalista muito rápida, beneficiando a oligarquia dirigente do PC Chinês. O desafio colocado pela Rússia é, sobretudo, de natureza militar e territorial, somando confrontos, tais como a invasão da Ucrânia.

O protecionismo anunciado pela administração Trump é mais que um desejo de liderança económica americana cada vez mais ameaçada pela concorrência inter-imperialista. Também revela o declínio relativo da grande potência que liderou o mundo no pós II Segunda Guerra Mundial e no período posterior à queda do Muro de Berlim.

Apesar do discurso triunfante de Trump, são muito diversos, mesmo contraditórios, os projetos e interesses que atravessam a sua administração, movidos pelos colaboradores diretos, como



Musk ou Zuckerberg e outros. A possibilidade de colisão entre estes protagonistas estará sempre iminente.

Mais do que a inversão da lógica da globalização capitalista, está em marcha uma adaptação a novos contornos da rivalidade internacional, conforme a evolução do cenário político-militar. O capitalismo mundial, em particular a sua vertente financeira, busca desesperadamente o conjunto de circunstâncias que lhe permitam relançar a taxa de lucro. Nas últimas décadas, o neoliberalismo deu-lhe condições institucionais ideais para derrotar a classe trabalhadora e intensificar o grau de exploração, a todos os níveis. As ameaças de guerra generalizada e as guerras localizadas em curso ampliam o clima de corrida aos armamentos e a destruição de forças produtivas favoráveis ao relançamento capitalista. A concorrência chinesa, que ameaça sectores como o do automóvel, trará mais dificuldades ao capitalismo mundial, assim como mais desemprego e desvalorização salarial.

No mesmo sentido se configura o choque civilizacional entre o modelo de acumulação, assente na pilhagem de recursos naturais e na sobre-exploração dos trabalhadores, e o impacto brutal que as alterações climáticas impõem a nível global. Todos os sinais críticos da ultrapassagem de +1,5º Celsius na temperatura média do planeta, em relação à era pré-industrial, já foram atingidos e inscrevem-se numa progressão contínua e imparável.

Os recursos naturais da Mãe Terra colocam limites ao crescimento global e provam a justeza da análise de Marx quanto à contradição fundamental do capitalismo. Como se lê no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política (1859): “em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...). **Instaura-se então uma época de revolução social! É a época que nos coube viver.**

3. UM NOVO CICLO DE GUERRAS?

O mundo bipolar da Guerra Fria desmoronou-se com o afundamento da União Soviética. Depois de algumas décadas de hegemonia incontestada dos EUA no plano económico e militar, novos arranjos estão em vias de se consolidar, com o aparecimento em força de China, Rússia, Índia, Brasil e outras potências regionais.

A hegemonia ocidental, como a temos conhecido, parece cada vez mais posta em causa pela afirmação de economias fortes e com grande potencial de crescimento, em pressão constante por um mundo mais multipolar. Contestam a hegemonia de qualquer das partes, ainda que sob ameaças de enorme instabilidade e da guerra. O próprio projeto Draghi, recentemente apresentado para o relançamento tecnológico e a recuperação europeia face ao resto do mundo, contempla um acréscimo de despesas militares que só tem sentido nesta lógica.

As guerras em curso são conquista, tal como o foram as duas grandes guerras do século XX. A diferença é que se seguem a três fracassos do capitalismo global. Primeiro, o fracasso da globalização, proclamada pelos grandes grupos monopolistas para conquista de novos mercados, esbarrou na emergência de novas potências económicas com mais e maiores argumentos de penetração no mercado mundial (BRICS, Coreia do Sul, regimes árabes, etc.). Depois, o papel secundário dessa disputa global por parte dos países da velha Europa, cada vez mais subordinados à hegemonia norte-americana. Por fim, a corrida aos armamentos e à “solução da guerra” como



meio de recompor a hierarquia da dominação mundial, com os EUA à cabeça, sendo a NATO o principal instrumento da corrida e de consolidação desta hegemonia à escala internacional e, em particular, na Europa.

As guerras abertas, como na Palestina e na Ucrânia, colocam às forças de esquerda o imperativo da solidariedade com os seus povos.

A paz que defendemos não pode ser feita por via da cedência a invasores imperialistas.

As situações beligerantes proliferam um pouco por todo lado, nomeadamente em África, e são uma das grandes causas, se não mesmo a principal, da saída em grande escala de pessoas desses países primeiro para países vizinhos, e muitos para a Europa. A resposta da UE tem sido tornar-se uma fortaleza e recusar grande número de refugiados, chegando ao ponto de pagar a países vizinhos para os conterem.

4. DESAFIOS, RISCOS E OPORTUNIDADES DA LUTA CONTRA A CRISE E AS DESIGUALDADES

O BE tem vindo a preencher o vazio criado pelo recuo das mobilizações dos trabalhadores por uma agenda exclusiva dos movimentos sociais, que se tornaram o centro da intervenção política. Deste modo, alimentou lógicas de preocupações que reforçam sensibilidades individualistas, recorrendo a linguagem, intensidade e ritmo de compromissos de intervenção em que apenas se reconhecem “vanguardas” sociais minoritárias, dos principais centros urbanos. É uma linha política errada e empobrecedora, que torna o Bloco um partido de nicho, dificultando a sua projeção como partido de massas.

O BE não pode alhear-se dos movimentos dos trabalhadores. O que no 25 de Abril se conquistou, em matéria de liberdades e direitos sindicais, de contratação coletiva e de direitos laborais, está em risco 50 anos depois, fruto de dois tipos de circunstâncias. Por um lado, a pulverização e a divisão sindical arrastam o recuo em muitos direitos laborais, estando alguns em risco de desaparecer por efeito da legislação laboral, cada vez mais favorável ao patronato. Por outro lado, a profusão de mecanismos de desigualdade sobre rendimentos e as condições do trabalho – salários, prémios, subsídios, isenções, contratos precários - põem em causa a contratação coletiva e as carreiras a ela associadas.

Anualmente, as centrais sindicais e outros sindicatos ocupam-se com uma espécie de concurso inter sindical para saber quem “conquista” mais migalhas junto do patrão, qualquer que seja a sua natureza, em vez dar prioridade à luta pela recuperação da contratação coletiva, ou por melhores condições laborais. Nenhum contrato deve ser decidido nos gabinetes: apenas plenários democráticos, ou mesmo referendos, poderão decidir sobre salários e condições de trabalho.

Os sindicalistas e/ou ativistas do BE não podem continuar a pactuar com a divisão na classe trabalhadora, fruto da proliferação de contratos ou de más decisões, ao arrepio dos trabalhadores, decididas por alegados sindicatos em gabinetes de negociação. Os bloquistas, estejam onde estiverem, têm de ser uma voz ativa contra o divisionismo.

Se falha a democracia sindical, se a prática sindical é divisionista, se os sindicatos burocratizados só se preocupam com os seus filiados para perpetuarem direções, será preferível a demissão e a



opção pela (re)construção de formas de organização alternativas que estão para além das burocracias instaladas da CGTP e da UGT: comissões sindicais de base, comissões de trabalhadores, associações sindicais ou mesmo novos sindicatos independentes, sempre que se justifique, onde a democracia seja real e se promova o alargamento da sindicalização, especialmente aos trabalhadores precários e/ou imigrantes.

A opção estratégica de futuro pode vir a ser a construção de alternativa sindical de classe através da promoção de um Fórum Sindical Alternativo capaz de reunir todos os sindicalistas e ativistas, filiados ou não nos sindicatos da CGTP/UGT, em sindicatos independentes ou mesmo sem filiação e que se disponham a discutir e aprovar uma Plataforma Sindical Alternativa orientada exclusivamente pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

O BE foi capaz de trazer para a opinião pública a realidade de um sector de trabalhadores cada vez mais numeroso, os precários, porém essa dinâmica esgotou-se. É necessário renová-la, criando organizações alternativas de tipo sindical para os milhares de trabalhadores que vivem em condições salariais miseráveis.

A Coordenadora Nacional do Trabalho não pode servir apenas para troca de informações e, de vez em quando, para promover uns encontros nacionais onde há demasiado tempo para preleções e pouco tempo para discutir. Deve ser um coletivo de direção, com composição plural, sem sectarismos nem controleirismos, capaz de integrar quem se dispuser a agir pela construção de uma alternativa sindical de classe.

5. O SOCIALISMO POR QUE LUTAMOS

Crises e revoluções, intercaladas com expansões assentes no desenvolvimento tecnológico, alternaram nas últimas décadas. A ameaça atual de uma guerra em larga escala, como outras no passado, sem ou com recurso a armas nucleares, coloca à Humanidade o desafio de sobrevivência enquanto espécie.

Para ser possível recriar uma Utopia mobilizadora da construção de uma nova sociedade, socialista, é indispensável reconhecer que tanto o estalinismo, nas suas diversas facetas, como a social-democracia, foram os principais responsáveis pelo impasse histórico no progresso da Humanidade.

Como Marx, só podemos dizer o que “não pode ser” o Socialismo. Ele não definiu o que tem de ser o socialismo, não construiu um figurino, uma maquete ou o protótipo de socialismo. Defendeu uma “sociedade de produtores livres associados”, isto é, uma “sociedade cooperativa” na qual “o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”. O “útero capitalista” (Marx) está mais que grávido! Só precisa de uma parteira.

Não basta desafiar manifestações do capitalismo – crise habitacional, crise climática, e lutas identitárias, etc. – se não questionarmos o próprio Capital enquanto relação social determinante e determinada pela produção-valor, por oferta e procura.

Ao combater neste terreno, mostramos que há alternativa e que é possível esboçar as características dessa nova sociedade. Criar um horizonte alternativo é projetar para o futuro o fim do capitalismo como causa última de catástrofes ecológicas e de guerras. Perdendo estas premissas, a esquerda falha.



A problemática ecológica não foi – não podia ser – cabalmente ponderada e analisada, assim como a luta emancipatória das mulheres e tantas outras, pela esquerda clássica dos séculos passados. Porém, o “conflito necessário”, o domínio da natureza pela Humanidade, foi considerado como indispensável para uma redistribuição igualitária da riqueza.

Hoje, parar a catástrofe climática e o declínio da biodiversidade requer, sem dúvida, uma redução imediata e significativa do consumo final de energia à escala global. A denominada “transição energética” será um “cavalo de Tróia” na recuperação capitalista da economia, se for entregue aos conglomerados privados. O chamado “crescimento verde” mais não é do que o capitalismo pintado de verde. A socialização dos principais meios de produção relativos à energia, incluindo a água, é indispensável ao combate das alterações climáticas. Ser ecologista é ser anticapitalista, defender valores incompatíveis com uma economia predadora, que se rege exclusivamente pela lei do valor e a busca insane do máximo crescimento do lucro.

A alternativa é o ecossocialismo, assente num planeamento ecológico, democrático, capaz de decidir o que produzir e como produzir, em serviços públicos gratuitos de acesso universal com respeito dos limites da sustentabilidade na utilização dos recursos naturais e materiais, como a água, a floresta, a energia, os transportes e a terra.

6. UM PROGRAMA PARA HOJE E PARA AMANHÃ

Os novos movimentos sociais revelam contradições criadas pela própria estrutura do capitalismo - racismo, questões de género, alterações climáticas, migrações, etc. - que só a transformação socialista poderá ajudar a superar. **O socialismo que queremos construir não dispensa a tomada do poder pelo proletariado, a socialização dos grandes meios de produção e a agenda socialista de novos movimentos.** Sem desenvolvimento do potencial do proletariado, não alcançaremos a vitória da revolução socialista nem a construção de um partido revolucionário. **É essencial conquistar e merecer** o apoio das massas e a influência junto dos trabalhadores, o que passa por distanciamento crítico e combate ideológico e político às correntes que dirigem os partidos comunistas e social-democratas. Rejeitamos, em absoluto, regimes oligárquicos por vezes ditos “de esquerda”, desde Maduro à Coreia do Norte ou à Rússia, do castrismo degenerado ao modelo chinês “comunista”. Também rejeitamos a política de gestão do sistema capitalista pelos partidos social-democratas.

Queremos construir uma sociedade socialista, **a associação livre dos produtores**, uma sociedade de igualdade, de direitos, onde a democracia se aprofunde, pluripartidária, com direitos à greve, à liberdade de expressão e manifestação, de organização sindical e de associação, com mecanismos institucionais que assegurem a separação de poderes. Uma sociedade que, ao contrário dos modelos ditos socialistas do passado, seja muito mais democrática que a atual, onde cada cidadão e cidadã multiplique os seus meios de participação e decisão. O peso determinante, mas não exaustivo, da propriedade pública dos meios de produção facilitará processos de planeamento coletivo e equilibrado dos recursos disponíveis. Só assim se garantem meios de subsistência a toda a Humanidade, e se evita esgotar os recursos do planeta.

Lutamos ainda por uma “governança global”, que trabalhe em questões essenciais já identificadas: alterações climáticas, conflitos e segurança, movimentos migratórios, redistribuição da



riqueza, questões de saúde, educação, cultura, reforço da democracia e da transparência, entre outras. Nenhuma destas questões terá possibilidade de resolução apenas a nível nacional. O desafio só pode ser pensado a partir da reformulação da ONU, ou de outra estrutura internacional de coordenação, que coloque as nações num patamar igualitário. **Urgem decisões de âmbito global, cumprindo e fazendo cumprir o Direito Internacional e os Direitos Humanos, pela Paz, pela adaptação às alterações climáticas, pela preservação dos recursos e da diversidade do planeta Terra.**

7. ELEIÇÕES

Seja qual for o escrutínio, e o número e duração dos mandatos dos eleitos e eleitas, o BE deve nortear-se sempre pela relevância do seu programa ideológico, com visão de futuro, de cariz progressista, transformador e revolucionário, autonomizando-o tanto quanto possível dos ciclos eleitorais. Cada eleição e cada tempo de mandato são oportunidades para afirmar a nossa alternativa.

7.1. Autárquicas 2025

As eleições autárquicas, e o exercício dos mandatos delas resultantes, são ocasiões muito importantes para a construção de um partido já com 25 anos e para a afirmação de uma alternativa de esquerda no plano local. São um terreno privilegiado para trabalho entre aderentes, simpatizantes e contactos, e com outras pessoas sem partido, referências locais, no programa e em listas, reunindo um conjunto de ativistas e de propostas capazes de transformar o quotidiano das pessoas onde nos apresentamos.

A primeira orientação a seguir nestas eleições é que, em tese, o Bloco apresentará listas próprias para reforçar a construção do partido e alargar a sua influência onde tivermos forças para tal. As listas, sempre que possível incluindo cidadãos e cidadãs sem partido, deverão assumir a defesa de um programa alternativo **pelo direito à cidade e ao lugar**, com propostas sobre cultura, ordenamento do território, urbanismo e qualidade de vida, direito à habitação, transportes e mobilidade, ambiente e recursos naturais, saúde e educação, cultura, coesão social e cuidados, transparência, cidadania e democracia local (ex: o orçamento participativo).

A intenção de assegurar a manutenção de lugares conquistados em atos eleitorais anteriores - vereadores, eleitos em assembleias municipais ou de freguesia - não se deve sobrepor à lógica do nosso combate político mais geral, não só contra a direita, mas também contra políticas erradas do PS e do PCP nas autarquias que governam. Isto significa que o programa deverá ser o critério dominante na negociação de eventuais coligações ou entendimentos com outras forças políticas, antes ou depois do acto eleitoral.

Recentemente, o governo AD trouxe para a agenda política a alteração da lei dos solos. As consequências desta legislação (DL nº 117/2024, de 30 de dezembro) serão desastrosas para o ordenamento do território, urbanismo, ambiente, habitação, mobilidade, agricultura e para os modos de vida das populações em geral. Por isso, esta questão não pode deixar de constar dos nossos programas autárquicos de 2025, sendo uma pedra de toque para eventuais acordos pré-eleitorais.

No mesmo plano, a descentralização de competências, a regionalização e o combate à corrupção são exemplos concretos de questões nacionais com forte reflexo local.



7.2. Presidenciais 2026

Enfrentamos um contexto político e social bastante desfavorável para uma candidatura própria à Presidência da República. Vivem-se tempos de grande refluxo social e político, observa-se o reforço da extrema-direita e de grupos proto-fascistas que dão eco ao discurso securitário e à restrição de direitos e liberdades democráticas. Corre-se o risco de uma candidatura própria ser tarefa muito desgastante e comprometer o objetivo de acumular forças para a mobilização pelas nossas principais causas.

Defendemos que a Direção deve comunicar aos e às aderentes **que o posicionamento do BE sobre as Presidenciais será discutido em Conferência Nacional, a realizar por deliberação da Mesa Nacional**, reservando para esse momento decisões relativas a candidaturas e campanhas.

7.3. Regionais, Legislativas e Europeias

Cada ciclo eleitoral tem os seus requisitos, impondo-se trabalho continuado de articulações e aprofundamento dos temas programáticos, de modo a consolidar a credibilidade do BE junto do eleitorado.

Da mesma forma, precisamos cuidar de **estratégias de comunicação e cooperação entre eleitos e aderentes envolvidos em cada contexto eleitoral** – autarquias, parlamentos regionais, nacionais e europeu, presidência da República – de modo a convergir no debate e nas propostas.

8. O BLOCO QUE QUEREMOS

Desde há muito que se assiste à tentativa de limitar e silenciar o debate interno, quer no que respeita à expressão de alternativas e minorias, quer no que respeita à generalidade dos militantes, cada vez mais afastados dos processos de decisão e de participação, sobrepondo-se a burocracia à democracia. O estatuto de plenos-poderes, quase incontestado, adquirido pelo secretariado da Comissão Política vai no mesmo sentido. A partir do momento em que o BE esgotou a sua auréola de novidade e foi perdendo terreno na disputa com outras forças políticas mais recentes, tem sido decisivo o papel das tendências dominantes na atrofia do partido.

A existência de tendências faz parte da natureza do BE que, sem a sua aglutinação, nem sequer existiria. É saudável a manifestação de diferentes sensibilidades ideológicas dentro do partido. O facto de haver tendências não é, em si, um problema. O verdadeiro problema é que as duas principais tendências não cuidam de ideologia, focando atenção e energias em aspetos que, em vários domínios, possam favorecer o seu grupo, em prejuízo do interesse comum de todo o BE. O comportamento destas tendências maioritárias fragiliza, frequentemente, a vida democrática interna porque as decisões políticas mais importantes são predefinidas pelas suas cúpulas, servindo as reuniões dos órgãos dirigentes do BE apenas para sufragar as decisões antes “preparadas.” Quase sempre, esta “hegemonia partilhada” não respeita as minorias internas, sendo disso sinal a forma como foram sendo expurgadas da participação em Convenções, de que é exemplo o sucessivo aumento do número mínimo de subscrições para apresentar moções. Esta maioria



bicéfala dominante patrocina a disputa por lugares e não por ideias, porque cada uma das tendências dominantes tem uma agenda própria, que visa colocar os seus membros em todos os lugares de destaque. Acontece a mesma pessoa acumular mais do que um lugar de representação pública, inclusive em diferentes regiões, o que enfraquece a sua disponibilidade para ação eficaz e dedicada, e favorece o carreirismo e a ascensão de dirigentes sem condições para melhorar a qualidade da preparação e intervenção políticas.

Dado o esvaziamento político do debate interno em todo o BE e a evolução da distância entre as ideias das duas principais tendências, estas, em vez de conviverem fraternalmente com as suas diferenças, tendem a reduzir a sua práxis apenas ao pouquinho em que estão de acordo. Ou seja, renunciamos a discutir, aprofundar, inovar e criar política, em nome da coexistência pacífica entre as duas maiores tendências.

A falta de democracia interna é o principal factor de fragilidade do BE. O Bloco tem de voltar a ser mais, e querer ser mais, que a soma de votos e vozes de grupos que estiveram na sua origem.

À medida que o Bloco foi perdendo relevância política, foi-se encostando a uma estratégia tornada dominante à esquerda: articular-se com todos os movimentos sociais, sobretudo com os que conferem mais visibilidade mediática, independentemente de considerações políticas ou prioridades estratégicas. O resultado é uma espécie de amálgama sem identidade, que só serve para criar a sensação de "movimento", seja ele qual for. Este modelo de "movimento dos movimentos" opõe-se à ideia de partido de massas para uma profunda transformação social, uma revolução. Um partido que "atira em todas as direções" sem definir critérios de importância e prioridade política acaba por não atingir nenhum objetivo significativo.

O BE precisa de se refundar, valorizando sem medo o papel insubstituível das minorias, em vez de as asfixiar. Precisa de se democratizar de alto a baixo, começando pela libertação do Esquerda.net do controle rígido da maioria. A imprensa do Bloco deve ter e ser um espaço dedicado e totalmente aberto ao acesso e à contribuição de qualquer aderente que queira exprimir opiniões próprias. O Esquerda.net é um órgão de comunicação de qualidade, com uma audiência alargada, porém corre o risco de ser um órgão oficioso da direção. **As minorias com acesso à Comissão Política devem ter representação na direção do Esquerda.net, garantindo maior pluralidade.**

Para estimular o debate interno, o Esquerda.net deve prever um espaço digital de acesso livre a qualquer aderente, onde se possam publicar artigos ou comentários que apreciem a orientação política do BE, permitindo e promovendo a crítica e o livre debate entre todos e todas. Esta e outras formas de participação e de envolvimento direto dos e das aderentes, diversificando tecnologias para cultura de comunicação em rede, contribuirão para um Bloco mais democrático, participativo, plural, vivo, dinâmico e, ao mesmo tempo, integrador e mobilizador.

O peso esmagador de funcionários em todas as instâncias do BE deve ser combatido com alterações estatutárias, como já foi tentado no passado. O BE transformou-se num partido de funcionários que comandam a vida política quotidiana do partido, por intermédio da sua submissão ao secretariado da Comissão Política. Esvazia-se a autonomia política das direções regionais e locais eleitas bem como dos responsáveis pelas direções de intervenção sectorial: sindicatos, autarquias, grupos de trabalho, etc.

O mesmo se aplica à concentração das tarefas ao mais alto nível e em mandatos sucessivos, por



parte de um núcleo muito restrito de camaradas, ano após ano. Isso diminui a eficiência do desempenho, cria vícios e riscos de autoritarismo, reforça modos de oligarquização. **A duração dos mandatos e o número de mandatos atribuídos a cada eleito ou eleita devem ser limitados temporalmente.**

Queremos ampliar a ligação do BE às pessoas, reforçar a inserção dos e das aderentes em núcleos e organizações de base, melhorar a prática democrática e o conteúdo político dos órgãos, estimular a sua autonomia, respeitar as suas funções estatutárias, refrescar os quadros em quantidade e qualidade.

Só o Bloco em novo rumo, um partido com prática democrática viva e aberta, terá meios para lutar pelo socialismo que queremos.

SUBSCRITORES

| | | |
|--|---------|-------|
| Adelino Fortunato | Setúbal | 8790 |
| Albano Augusto Cavaleiro | Coimbra | 3766 |
| Aldair de Almeida Anhaia | Braga | 16000 |
| Alexandra Vieira | Braga | 12281 |
| Alexandre Sérgio Mano | Braga | 8111 |
| Ana Isabel Pereira da Costa Bernardes | Leiria | 5056 |
| Ana Margarida Roberto | Setúbal | 17153 |
| António Augusto Coelho Cerqueira | Porto | 1475 |
| António B. Moniz | Leiria | 264 |
| António Cruz Mendes | Braga | 1301 |
| António Gil Ferreira de Almeida Campos | Leiria | 280 |
| António Leonel Filipe | Leiria | 11769 |
| António Lopes Canhoto | Leiria | 2894 |
| António Manuel Louro Miguel | Porto | 3614 |
| António Manuel Maximiano Vicente | Leiria | 2535 |
| António Marinho da Silva | Coimbra | 1660 |
| António Proença | Setúbal | 17115 |
| António Ribeiro Pereira | Porto | 16305 |
| Armando Herculano Lopes Ferreira | Porto | 1750 |
| Artur Miguel Antunes Dias | Coimbra | 1159 |
| Bernardino Aranda | Lisboa | 4657 |
| Carla Maria da Silva Magalhães | Braga | 15265 |
| Carlos Alberto Guerreiro Costa | Faro | 14187 |
| Carlos Alberto Simões Silva Santos | Coimbra | 6386 |
| Carlos Cerqueira | Lisboa | 501 |



| | | |
|--|-------------------|-------|
| Carlos Estevão | França | 18049 |
| Carlos Jorge Meneses Ferreira Machado | Porto | 5187 |
| Carlos Patrão | Lisboa | 1052 |
| Catarina Miranda Lourenço | Lisboa | 12068 |
| César Gastão Cardoso Pinheiro Silva | Porto | 1473 |
| Clara Dumont | Lisboa | 4976 |
| Cláudia Sofia Pereira Fernandes | Lisboa | 17940 |
| Cristina Barros Oliveira | Setúbal | 17414 |
| Cristina Eugénia Bighetti | Braga | 15982 |
| Daniela Sousa | Porto | 16446 |
| Duarte Graça | Porto | 12034 |
| Elísio Soares de Carvalho | Braga | 16148 |
| Fábio André Mendes Capinha | Leiria | 11675 |
| Fernando Gandra da Silva | Setúbal | 15119 |
| Fernando José L. O. Queiroz | Porto | 555 |
| Fernando Lacerda | Porto | 356 |
| Filipe Rosas | Lisboa | 661 |
| Francisco Monteiro da Silva | Porto | 1596 |
| Heitor de Sousa | Leiria | 664 |
| Helena Figueiredo | Lisboa | 3736 |
| Hélio Girão | Setúbal | 14304 |
| Hugo Quarteu | Bélgica | 17625 |
| Humberto Agostinho Carreira | Leiria | 10260 |
| Jaime Vaz dos Santos | Setúbal | 4626 |
| João Carlos Cid Novaes Pinto da Costa | Porto | 11819 |
| João Correia | Castelo Branco | 18023 |
| João d' Assunção, | Lisboa | 12697 |
| João Emanuel de Gouveia Martins | Porto | 11495 |
| João Fernandes | Lisboa | 7782 |
| João Graça | Porto | 15099 |
| João Manuel Pacheco Machado | Lisboa | 3988 |
| João Martins | Vila Nova de Gaia | 11495 |
| João Nóbrega | Sesimbra | 13330 |
| João Paulo Loureiro Maio | Vila do Conde | 15668 |
| Joaquim de Carvalho Coelho | Setúbal | 688 |
| Joaquim Mendes Teixeira | Braga | 4252 |
| Jorge Humberto Berardo Nogueira | Lisboa | 14890 |
| Jorge Manuel Carvalho Rato | Setúbal | 758 |
| Jorge Pereira | Porto | 343 |
| José António Almeida Dias Ferreira | Lisboa | 1675 |
| José Carita Monteiro | Portalegre | 12856 |
| José Carlos Ferreira da Silva Vieira | Porto | 13119 |
| José Carlos M Costa Santos | Braga | 4525 |
| José Carlos Ribeiro Gonçalves da Cunha | Porto | 1469 |
| José Estrela | Porto | 9410 |
| José Fernando Pinheiro da Cunha | Porto | 15484 |
| José Manuel Boavida | Lisboa | 604 |
| José Manuel Peixoto Figueira Henriques | Leiria | 414 |
| Jose Manuel Sousa Ribeiro Coelho | Lisboa | 15960 |
| Júlio Emanuel Pereira Coelho | Porto | 17822 |



| | | |
|---|------------------|-------|
| Laurinda Pinto | Porto | 15393 |
| Luís Carvalho | Lisboa | 1950 |
| Luís Sottomaior Braga | Viana do Castelo | 13653 |
| Luísa Ramos | Setúbal | 1181 |
| Luisa Santos | Madeira | 13537 |
| Manuel António Azenha Santos Pereira | Leiria | 7643 |
| Manuel Fernandes da Cunha | Braga | 16842 |
| Manuela Maria Ventura da Silva Cavaleiro Carvalho | Coimbra | 4810 |
| Maria de Fátima Gonçalves Francisco | Lisboa | 15374 |
| Maria Jesus Xavier | Portalegre | 14377 |
| Maria José Samora | Lisboa | 502 |
| Maria José Vitorino | Lisboa | 612 |
| Maria Leopoldina de Fátima Mendes Manteigas | Leiria | 7378 |
| Maria Marreiros | Lisboa | 15680 |
| Maria Paula Sobreiro Neves Carita | Portalegre | 12802 |
| Maria Teresa Teixeira Mota Silva | Porto | 1595 |
| Maria Virgínia Lima Rebelo Cerqueira | Porto | 1464 |
| Mário Olivares | Lisboa | 10942 |
| Maximiliano Nuno Torres Sá Pereira | Braga | 16808 |
| Mónica Daniela Teixeira da Rocha | Lisboa | 15116 |
| Nelson Calheiros | Lisboa | 12392 |
| Nuno Manuel da Rocha Freitas | Porto | 9091 |
| Nuno Pinheiro | Setúbal | 14306 |
| Orlanda Manuela Carvalho Silva | Porto | 15489 |
| Patrícia Barreira | Lisboa | 9959 |
| Patrícia Kok Marinho da Silva | Coimbra | 1158 |
| Paula Cristina Brum da Silveira | Setúbal | 14279 |
| Paulo Maria Castelino Almeida | Portalegre | 14346 |
| Paulo Renato Soares Ferreira | Setúbal | 15387 |
| Ricardo Salabert | Porto | 1961 |
| Rodrigo Hora Marques | Lisboa | 17960 |
| Ruben Filipe Gomes Fernandes | Setúbal | 17251 |
| Rui Ferrão | Madeira | 13297 |
| Rui Jorge Cruz Araújo | Braga | 16316 |
| Rui Manuel Vitor Cortes | Vila Real | 251 |
| Rui Morgado | Matosinhos | 6791 |
| Sara Goulart | Lisboa | 9586 |
| Sonia Miceli | Lisboa | 17603 |
| Tiago Correia | Setúbal | 17183 |
| Vitor Manuel Marinho da Silva | Porto | 1462 |
| Vítor Quaresma | Porto | 17464 |
| Vítor Tojeira | Leiria | 6908 |
| Vitorino Pereira | Leiria | 477 |



Calendário XIV Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

31 de maio e 01 de junho de 2025

DEZEMBRO

08.12 Reunião da Mesa Nacional convoca a XIV Convenção do Bloco de Esquerda e discute e vota Regulamento do processo da Convenção e elege a Comissão Organizadora da Convenção (COC).

09.12 Publicação da convocatória e do regulamento no bloco.org e envio às/aos aderentes por correio eletrónico.

JANEIRO

23.01 Apresentação pelos aderentes à MN de propostas de alteração aos Estatutos.

FEVEREIRO

01.02 Reunião da Mesa Nacional discute e vota propostas de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da XIV Convenção.

03.02 Entrega à COC (coc.2025@bloco.org) das Moções de Orientação até às 17 horas.

03.02 COC reúne às 18h para validar Moções.

07.02 Sai deBatEs #1 (Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos).

14.02 Aderentes apresentam propostas de alteração às Moções e aos Estatutos.

17.02 Envio à COC de textos de debate/contributos para deBatEs #2.

18.02 Envio à COC dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à Convenção.

21.02 Envio aos aderentes, por correio eletrónico, dos Regulamentos Eleitorais das/os delegadas/os à XIV Convenção.

24.02 Moções comunicam à COC as alterações que são aceites, enviando o texto final. Comunicam também fusões entre moções.

25.02 Envio à COC (coc.2025@bloco.org) de platafor-

mas políticas locais subscritas por três ou mais aderentes da mesma Assembleia Eleitoral.

27.02 Sai deBatEs 2# - Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos.

MARÇO

07.03 Início período de debate das Moções.

16.03 Final do período de debate das Moções.

18.03 Apresentação às Coordenadoras Distritais/Regionais, com conhecimento à COC, das listas de candidatas/os a delegadas/os.

19.03 Validação das listas pelas Coordenadoras Distritais/Regionais e pela COC.

25.03 Envio pela COC, por correio eletrónico, das listas de candidatas/os a delegadas/os, bem como as informações relativas às respetivas Assembleias Eleitorais.

31.03 Envio das listas de candidatas/os a delegadas/os + kit voto para aderentes.

ABRIL

...

MAIO

16.05 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

17.05 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

18.05 Eleições de delegadas/os à XIV Convenção.

28.05 Sai deBatEs #3 para distribuição na Convenção (Regulamento, Regimento, guião votações dos Estatutos, guião votações das Moções).

31.05 XIV Convenção.

01.06 - XIV Convenção.

doar.bloco.org



bloco.org
esquerda.net